

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DA TARDE*

Data: *02/09/81*

Pág. _____

Pasta n.º _____

N.º do recorte _____

FASPG inaugura ampliação do berçário do Palácio



A presidente do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo, da. Sílvia Maluf, inaugurou ontem a ampliação do Centro de Convivência Infantil do Palácio Bandeirantes que, com as melhorias, passará a atender os filhos de todas as funcionárias da Casa Civil. Quando da. Sílvia assumiu a presidência do Faspg, em 1979, havia uma creche na sede do Governo que abrigava apenas cinco crianças. Na oportunidade, ela sugeriu a ampliação do berçário e, no mês de abril daquele ano, foi criado o Centro de Convivência Infantil. Em 1980, quando foi inaugurado o "play-ground", 28 crianças já estavam sendo atendidas.

Creche da Cobes sem inauguração

Apesar do compromisso, por escrito, de que inauguraria a creche piloto do Jardim São Nicolau — rua Brook Taylor, 280 — na Penha, até ontem, a Coordenadoria do Bem-Estar Social (Cobes), da Prefeitura, não providenciou os equipamentos e funcionários necessários. A Administração Regional da Penha, contudo, permitiu que o prédio fosse ocupado precariamente, já que a Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau pediu o salão onde ficavam 43 crianças.

A inauguração da creche fora marcada inicialmente para junho, mas o coordenador do Bem-Estar Social, Wilson Quintela, alegou “necessidade de reparos no sistema hidráulico do prédio”, comprometendo-se, então, que a entregaria no dia 1.º de setembro. Ontem, os moradores da área informaram que “tudo depende da contratação de funcionários”.

Funcionários da Cobes confirmaram a versão dos moradores. Disseram não haver falta de equipamentos, pois eles estão no depósito e poderão ser transferidos a qualquer momento”. O problema são os funcionários. Já fizemos o concurso de habilitação e eles estão sendo selecionados”, acrescentaram.

Wilson Quintela disse que a Cobes nada teve a ver com o fechamento da creche conveniada, que funcionava no prédio da Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau.

CRECHE DO JD. S. NICOLAU: PRAZO NÃO É CUMPRIDO

Apesar de ter firmado documento comprometendo-se que entregaria ontem a creche piloto do Jardim São Nicolau, na Penha, a Cobes — Coordenadoria do Bem-Estar Social — que já deveria tê-la inaugurado em junho, não providenciou equipamentos e funcionários necessários para o seu funcionamento. Todavia, a Cobes permitiu que a creche fosse ocupada precariamente, uma vez que as 43 crianças que permaneciam instaladas provisoriamente na Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau já não tinham onde ficar.

Ontem, enquanto providenciavam a remoção de colchões, cobertores e outros apetrechos da improvisada creche instalada no salão da Sociedade Amigos do Jardim São Nicolau, duas funcionárias que assistem as 43 crianças inscritas na creche explicavam que "hoje nós tivemos que dispensar as crianças, pois a Sociedade pediu o salão e nós não temos onde deixá-las. Felizmente — acrescentou uma das funcionárias — a administração Regional da Penha autorizou que transferíssemos os colchões, cobertores e mantimentos para a creche piloto, ficando de providenciar os equipamentos o mais rápido possível para que a creche possa ser inaugurada".

A nova creche do Jardim São Nicolau, na Penha, localizada

F. tarde

2/9/81



Embora não inaugurada, a creche está sendo ocupada precariamente

na rua Brook Taylor, 280, já deveria ter sido inaugurada e entregue à população em junho. Porém, segundo alegações do coordenador do Bem-Estar Social, Wilson Quintela, "houve necessidade de reparos no sistema hidráulico do prédio", comprometendo-se, naquela oportunidade, que a creche seria inaugurada em 1.º de setembro.

Ontem, data fixada por Wilson Quintela para a inauguração e entrega oficial da creche, o prédio ainda não dispunha de nenhum equipamento ou funcionário e os próprios moradores comentavam que "a inauguração está dependendo da contratação de funcionário e que, na melhor das hipóteses, a creche será inaugurada em outubro".

COORDENADOR EXPLICA

O coordenador do Bem-Estar Social, Wilson Quintela Filho, esclareceu na tarde de ontem que a Prefeitura nada teve a ver com o fechamento da creche conveniada, que funcionava em prédio da Sociedade Amigos de Bairros do Jardim São Nicolau.

"A SABs requisitou o prédio à entidade que mantém a creche,

e com a qual temos convênio, tendo ontem expirado o prazo para a mudança. Nós, então, colocamos à sua disposição o prédio da unidade que construímos na área e que será inaugurado em outubro próximo", informou Quintela.

De acordo com o coordenador, a creche municipal do Jardim São Nicolau já está devidamente equipada, "e só não entrou em funcionamento até o momento devido à exigência de seleção de pessoal, cujos resultados deverão ser conhecidos no próximo dia 10. Assim, programamos a sua inauguração para o princípio de outubro". Até lá o prédio estará emprestado para a creche que hoje foi obrigada a deixar a área de propriedade da Sociedade Amigos de Bairros local".

MAIS 43 CRECHES

Quarenta e três creches, que garantirão vagas para 6.495 crianças na faixa etária de zero a três anos, já estão em fase inicial de obras, segundo informou o prefeito Reinaldo de Barros, que confirmou ainda para este ano a construção de outras 60 unidades em áreas periféricas de São Paulo.

A região de Itaquera-Guaianases, com dez creches já iniciadas para atender a 1.500 crianças, se destaca entre as áreas a serem beneficiadas, estando programadas mais 900

vagas em São Miguel-Ermelino Matarazzo (seis unidades); 750 em Vila Prudente (cinco); 600 em Pirituba-Perus (quatro); 455 em Campo Limpo (quatro); 450 em Vila Maria-Vila Guilherme (três); 420 em Santo Amaro (três); 300 na Freguesia do Ó, na Penha e na Mooca (duas unidades em cada); 150 em Santana e no Butantã (uma cada).

Além disso, nos próximos meses deverão ser construídas mais 60 creches, que irão criar 8.850 vagas em áreas carentes.

BAIXADA DE S. MATEUS

Uma comissão de moradores da Baixada de São Mateus, na Zona Leste, que no último domingo inauguraram por conta própria e sem a presença de nenhuma autoridade a pavimentação de 12 ruas e a iluminação de dez vias da região, esteve ontem na Prefeitura, acompanhada do deputado estadual do PMDB Sérgio dos Santos, para cobrar do prefeito Reinaldo de Barros, promessas de melhorias feitas para o bairro e reivindicar a construção de uma creche e a criação de mais uma linha de ônibus para o bairro.

Além das que já foram asfaltadas, existem segundo a comissão, seis ruas que necessitam urgentemente de melhorias e impedem a coleta de lixo, entrega de gás e o tráfego de ambulâncias.

Associação de valorização do menor

Muitos são os que hoje se preocupam com o jovem, o adolescente e a criança, principalmente com aqueles que vivem em condições abaixo das humanas, desprovidos do mínimo necessário para viver como gente. Mas, certamente, o chamado "problema do menor" é parte de uma problemática social mais ampla e assim deve ser encarado para que as soluções que buscamos tornem-se proposta de vida para toda a sociedade.

No Setor São Mateus (Região Leste I da Arquidiocese de São Paulo), de uma população de 350.000 habitantes, 50% são menores de idade. Entre estes predomina uma situação de carência que se manifesta em vários aspectos de suas vidas — fome, falta de escolas, habitação precária, carência afetiva, etc. Nos últimos três anos algumas comunidades do Setor São Mateus têm procurado discutir a problemática do menor carente, buscando formas alternativas de enfrentá-la, pois entendemos que as soluções costumeiramente apresentadas são equivocadas (não se trata de abrir novos internatos e nem se trata de um problema policial, por exemplo).

Valorizar o menor, integralmente, enquanto pessoa humana, tem sido uma preocupação compartilhada, desde 1979, entre leigos das comunidades de base, agentes de pastoral e universitários das Comunidades Universitárias de Base (Pastoral Universitária). Percebendo a importância de um trabalho conjunto, começou-se a desenvolver, no início do ano passado (1980) 3 pequenos projetos (no Jd. Itápolis, em Vila Nova Iorque e em Vila Rica) que buscam integrar menores carentes na vida das comunidades locais. É, portanto, um trabalho de caráter preventivo, assumido por pessoas das próprias comunidades, visando um atendimento global às verdadeiras necessidades dos jovens, adolescentes e crianças que demandam aos centros comunitários.

Cada um dos três projetos apresenta características específicas que não cabe aqui explicar. Uma estratégia comum é a de elaborar e executar uma programação educacional através de atividades que atendam vá-

rias faixas etárias e, ao mesmo tempo, ir criando condições para que esses projetos possam ser implantados em outras comunidades.

Muitas foram as dificuldades encontradas, principalmente com relação aos recursos materiais e financeiros necessários para o andamento dos trabalhos. Parte desses recursos foi conseguida com a ajuda do Secretariado Arquidiocesano da Pastoral do Menor (Casa do Menor); de colégios católicos, que colaboram na parte de alimentação; da Paróquia Na. Sra. da Conceição (Pça. Sílvio Romeró), que forneceram material para a construção de um novo centro comunitário no Jd. Itápolis; e através de bazares organizados pelas próprias comunidades.

Aos poucos fomos percebendo a importância de entrar em contato com outras iniciativas de trabalho junto ao menor carente dentro do Setor, ou mesmo com pessoas preocupadas e disponíveis para iniciarem uma experiência semelhante, como aconteceu no Jd. Araújo, onde algumas pessoas, com recursos próprios e muito precários, já iniciaram um pequeno trabalho.

Com o objetivo de garantir a manutenção dos projetos existentes e de incentivar o surgimento de novos projetos, foi criada a "ASSOCIAÇÃO DE VALORIZAÇÃO DO MENOR CARENTE DO SETOR SÃO MATEUS", facilitando a troca de experiências e a busca comum de soluções para as dificuldades encontradas em cada trabalho. Reunimo-nos sempre no 1.º sábado de cada mês, às 9 horas, na Igreja do Jd. IV Centenário.

Endereço dos projetos: Rua Capetinga (antiga Estrada do Laranjal), n.º 25 — Jd. Itápolis; Pça. Antonio Vilares da Silva, 13 — Vila Nova Iorque; Rua Alfredo Marcondes n.º 48 — Vila Rica; Rua Pernambuco n.º 112 — Jd. Araújo.

Telefones para contatos: Casa Paroquial de V. Nova Iorque — Pe. Geraldo — 216-9645; Casa Paroquial de São Mateus — Pe. Pedro Luiz — 271-2550; Casa Paroquial do Jd. Colonial — Ir. Olga (recados) — 271-1038; Casa Cultura e Fé (Pastoral Universitária) — Douglas — ... 67-0201.



Mães discutem política em São Miguel



Um grupo de 50 mães, representantes de 22 comunidades da região de São Miguel, estiveram reunidas no dia 19, no salão da matriz S. Miguel, para dar continuidade aos debates sobre política que estão fazendo. Foi um debate animado, e a coordenação esteve a cargo do professor Plínio de Arruda Sampaio. Como no encontro anterior muito se falou sobre os novos partidos, a confusão que muita gente está fazendo entre politicagem e política e a questão das comunidades de base e a política, esta reunião procurou apro-

fundar algumas das dúvidas que haviam surgido na outra.

As mães se reuniram em 4 grupos, para debater 3 questões: os políticos deveriam brigar entre si como brigam ou deveriam andar sempre unidos?; e os políticos de um mesmo partido, tem sentido que briguem tanto?; por que o povo tem tanta dificuldade para entender o que os políticos fazem e para controlar o que eles fazem?

Depois de meia hora de discussão, as conclusões foram coloca-

das em plenário e debatidas. Um dos grupos explicou: "Os políticos brigam pelo poder e o deus deles é diferente. A política deveria visar o bem comum e não o que fazem, e nós perdemos com isso. Vamos continuar perdendo se não nos organizarmos".

Um outro grupo achava que os políticos não deveriam brigar, de jeito algum, e assim a discussão foi acalorada. A conclusão das mães: os políticos devem brigar sim, mas pelo que é o bem do povo. "Uma boa briga para chegar a uma decisão importante é uma coisa boa", concluiu uma das mães. "É assim como nas reuniões da comunidade, que tem pessoas que pensam diferente, mas a gente discute até chegar a uma conclusão".

Cada grupo foi fazendo uma colocação, e com a ajuda do professor Plínio, concluíram que as brigas são motivadas pelo choque de interes-

ses na sociedade: de um lado os que têm e querem ter mais; do outro, os que trabalham e lutam por melhores condições de vida. "Mas, os ricos tem os políticos deles, mas os pobres não têm não, têm que criar os seus para brigar", prosseguiu outra senhora. "Uma coisa que eu não entendo porque é que os políticos ricos entre si brigam tanto".

Uma mãe lembrou o episódio ocorrido na Freguesia do Ó, em que o povo foi espancado. "Por que não dão esses ensinamentos na escola?", perguntou outra dona-de-casa. Logo em seguida, veio a resposta da colega que estava sentada ao seu lado: "Lá na escola em que o meu filho estuda, a professora pediu uma redação sobre a situação atual, mas disse que daria zero se ele falasse do custo de vida e contra o governo. Está aí, os professores são controlados pelo governo, e o governo não é o povo". (Jô Azevedo)

Em Americanópolis, povo inaugura posto de saúde

Apesar da inauguração oficial estar programada para setembro, o Centro de Saúde do Jardim Miriam, na rua Santo Afonso, foi "batizado" pelos moradores, no dia 16 de agosto. Desde as 2 horas da tarde já havia gente passando pelo novo centro: crianças brincando no pátio e famílias inteiras que foram verificar se as instalações correspondiam às reivindicações que vêm fazendo há dois anos.

A população da região do Cupecê chega a 250 mil pessoas, mas o atendimento de saúde é muito precário. Para fazer pré-natal, vacinar as crianças ou consultar um médico, as pessoas tinham de ir até o Jabiquara, Diadema ou a Santo Amaro, antes da inauguração deste posto.

Além disso, em toda a região, não existem farmácias de plantão e o sistema de transporte é precário.

Foi diante desta realidade, que os moradores do Jardim Miriam, Americanópolis e da região da rua Santo Afonso, se reuniram, e em abril de 1979, formalizaram a necessidade de reivindicar um posto de saúde que também tivesse atendimento de pronto-socorro. Recolheram 10 mil assinaturas e levaram à Secretaria da Saúde, em cavana, no dia 3 de abril do ano passado. Logo em seguida, realizaram uma assembleia com a finalidade de reivindicar o posto, na Feira de Cidade Ademar, no dia 24 de abril.

Aparecida, uma das participantes do movimento, relatou os passos

seguintes: "Na Secretaria de Saúde, ficamos sabendo que o Pronto-Socorro deveria ser reivindicado na Prefeitura, mas prosseguimos reivindicando o centro. Só agora ele saiu".

Falando às 200 pessoas que foram ao centro no domingo, através do alto-falante adaptado ao caminhão velho, na frente do prédio na rua Santo Afonso, Zaíra, outra dona-de-casa que participou da reivindicação desde o início, ressaltou a importância da sua continuidade: "Ainda não conseguimos o pronto-socorro, e o centro é mostra de que a união faz a força, se a gente briga, consegue o que quer". Palmira, outra mãe, lembrou a dificuldade para organizar o povo: "Nós que somos mães de família sabemos das nossas dificulda-

des, e temos de reivindicar nossos direitos. Precisamos sair de casa, reunir na comunidade que é onde a gente vai descobrir que direitos a gente tem. O problema não vai ser resolvido apenas com o prédio. Todas têm que vigiar se o funcionamento vai bem. E, depois, nós precisamos de muitas outras coisas. Um posto não vai resolver o problema de toda a população".

A necessidade de mais gente que lute e participe, foi enfatizada por Rufina, que também participa do movimento. O padre José Resende, do Jardim Miriam, comentou que o posto é resultado do esforço dos moradores, e que se a população não se mantiver organizada, será difícil manter o atendimento.

Moradores de cortiços querem a creche logo

DENISE NATALE

Os 120 dias de prazo, estipulados pelo coordenador Wilson Quintela, da Coordenadoria do Bem-Estar Social, (Cobes), para que a creche reivindicada pelas mães dos cortiços da Mooca fique pronta, estão para expirar, sem que as obras tenham ultrapassado os alicerces. As mães afirmam estar vigilantes e prometem chamar a atenção para seu movimento, realizando uma manifestação em breve, para provar que estão "fiscalizando as obras e querem ver os prazos cumpridos".

A informação da faxineira Maria Senhora de Jesus, mãe de 5 crianças e que espera, com ansiedade, o funcionamento da creche para trabalhar com mais tranquilidade. Ao contrário do que vem acontecendo hoje: ela é obrigada a deixar as crianças com o pai ou sozinho, no apertado quarto de cortiço da rua Cutabá, na Mooca.

Maria pertence à Comissão de Mães, que surgiu com o trabalho da Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados, da paróquia de São Rafael. Depois que a comunidade constatou o grande número de cortiços na região e as péssimas condições de habitação a que seus moradores estão submetidos, passou a realizar pesquisa para definir o perfil do morador do cortiço e, para isso, contratou a assistente social Maria José Pina.

PESQUISA

Os resultados obtidos pela pesquisa, realizada há dois anos, não foram animadores. Constatou-se que, somente na área da paróquia, havia 70 cortiços, escondidos sob fachadas de antigos casarões. Os quintais, que chegam a abrigar até 56 famílias, como é o caso do cortiço da rua Madre de Deus, muitas vezes são construídos clandestinamente e, por isso, oferecem péssimas condições de habitação. Unidos, com esgotos a céu aberto e tetos que desabam frequentemente, seus quartos nunca abrigam menos que 5 pessoas.

Os atritos são constantes, uma vez que os cortiços, na maioria das vezes, têm só dois tanques, utilizados também como piaas, e dois banheiros, sem água quente. O aluguel oscila entre Cr\$ 3 a Cr\$ 10 mil por quarto, rendendo ao seu proprietário quantias que chegam aos Cr\$ 150 a 250 mil, por cortiço. Os moradores são, quase sempre nordestinos, com grande incidência dos vindos das cidades de Pesqueira e Belo Jardim, em Pernambuco. Registrou-se, ainda, pequena porcentagem de ex-lavradores vindos do interior do Estado.

"Na ocasião — lembra a professora Arlete Lopes Diogo, que participou da tabulação da pesquisa — "constatamos que 90% deles eram trabalhadores metalúrgicos, que preferiam os cortiços pela proximidade do emprego. Reclamavam dos preços cobrados pelos aluguéis, das condições das habitações e do relacionamento difícil com os outros, provocado pela disputa de lugar no tanque, banheiros ou varais."

Os cortiços, no entanto, representam, para seus donos, negócio dos mais rentáveis, graças à valorização imobiliária, à alta dos aluguéis e à necessidade dos moradores estarem próximos ao trabalho, evitando pagar condução diária.

ORGANIZAÇÃO

Diante desse quadro definido pela pesquisa, a Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados passou a realizar encontros para discussão sobre a direção do trabalho com esta comunidade. Uma das ideias foi a de mostrar à população dos cortiços — também chamados de quintais —, que o problema enfrentado por cerca de 35 mil moradores da Mooca é o mesmo vivido por parte da população de São Paulo. Então, realizou-se um audiovisual com o objetivo de mostrar os dados da pesquisa aos interessados.

"Contudo, a população que habita os cortiços é fluente demais. Muda-se constantemente, à procura de aluguel mais barato. Além disso, quase não dispõe de tempo, ou porque deve lavar a roupa, dar banho nas crianças, ou está cansada e quer dormir, simplesmente. Isso tem dificultado muito nosso trabalho de organização, que depois de dois anos ainda está praticamente no início," diz a professora Arlete.

A "Novena de Natal", realizada em 1980 pela Pastoral sobre o problema do migrante, conseguiu atrair bom número de moradores dos cortiços. As discussões provocadas pelo audiovisual acabaram por "chocá-los, ao se defrontarem com as condições em que vivem. Muitas vezes, a indignação é canalizada para o proprietário do cortiço, e poucas vezes para a questão maior, o problema da habitação. "Até que, conforme lembra Arlete, começaram a surgir as reivindicações isoladas.

Uma delas foi a do cortiço da rua Madre de Deus, um dos maiores da Mooca. Seus moradores conseguiram evitar despejo de 10 famílias, com orientação de advogado, além de recuperarem antigo banheiro, transformado em quarto e habitado por casal com criança de quatro meses, em péssimas condições.

As compras comunitárias, que não foram bem organizadas, agora serão retomadas com o propósito de baratear a alimentação. O curso de alfabetização, baseado no método Paulo Freire, atraiu número considerável de moradores dos cortiços e está sendo reestruturado.

Mas a luta mais significativa tem sido pela creche. Muitas mulheres dos cortiços da região engajaram-se nesta reivindicação há um ano e aguardam o cumprimento da promessa do coordenador Wilson Quintela.

Apesar da dificuldade de mobilizar e organizar os moradores, Arlete acredita que o trabalho da Pastoral deve continuar. Ela já está mantendo contato com representantes de grupos que também trabalham com cortiços e pensões, na Zona Leste e, depois de duas reuniões, já surgiram novas ideias.

"Pretendemos estabelecer, agora, contato com outros grupos de São Paulo que atuam em cortiços, para analisarmos a situação. O problema fundamental dessa população é o de moradia e queremos estudar, juntos, a melhor saída."

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA S.P.A.*

Data: *06/09/81*

Pág. *—*

Pasta n.º

N.º do recorte

Em Washington,
FOL 6/9/81
repúdio a voto
sobre o leite

WASHINGTON — A Câmara dos Deputados norte-americana aprovou ontem uma moção de repúdio ao fato de os Estados Unidos terem votado contra o código de ética proposto pela Organização Mundial de Saúde para restringir a comercialização de produtos que substituem o leite materno. Os Estados Unidos foram o único país a votar contra o código de ética da Organização Mundial de Saúde.

A resolução da Câmara dos Deputados, aprovada por 301 a 100 votos, afirma que "os leites substitutos contribuem para a morte de cerca de um milhão de crianças por ano em países em desenvolvimento. A contaminação das crianças se dá devido ao uso pelas mães de água contaminada que é adicionada ao leite substituto.

O voto contrário dos Estados Unidos foi amplamente debatido pelos deputados norte-americanos.

O pediatra Allan Cunningham prestou depoimento à Subcomissão de Comércio, dizendo que as crianças alimentadas por mamadeira têm um índice de hospitalização três vezes superior no primeiro ano de vida a 15 vezes maior nos primeiros 15 meses.

— b

Agora a mulher quer falar por si própria

IREDE CARDOSO

Temos estado em situação de graça pessoal. E isso nos faz esquecer, quase sempre, que toda luta não pode deixar de ser travada sem um gostinho de desafio e que, a todo momento, o "inimigo" se organiza e faz das suas. O "inimigo" da mulher é aquilo tudo que nos impede de falar, que fala por nós, que decide por nós. Mas, tenho certeza, não temos mais paciência para ficar caladas. Aprender é mudar de conduta. Falamos de atualidades, de pessoas que ainda se atrevem a se dizer, por exemplo, psicanalistas (freudianos) e a tratar mulheres sob esse método. Pode ser até que não sigam inteiramente o mestre, pode ser. Se não vejamos:

"(...) Prometi referir-lhes mais algumas peculiaridades psíquicas da feminilidade madura conforme encontramos no trabalho analítico (...) Assim, atribuímos à feminilidade maior quantidade de narcisismo que também afeta a escolha objetal da mulher, de modo que, para ela, ser amada é uma necessidade mais forte do que amar. A inveja do pênis tem, em parte, como efeito, também a vaidade física das mulheres, de vez que elas não podem fugir à necessidade de valorizar seus encantos do modo mais evidente, como uma tardia compensação por sua inferioridade sexual original. A vergonha, considerada uma característica feminina por excelência, mais do que se poderia supor, sendo uma questão de convenção, tem, assim acreditamos, como finalidade, a ocultação da deficiência genital.

"(...) Ademais, temos a impressão de que maior coerção foi aplicada à libido, quando ela é moldada para servir à função feminina, e de que, falando teleologicamente, a natureza tem em menor conta as suas exigências referentes a essa função do que às da masculinidade. E a razão disso pode estar — novamente pensando em termos teleológicos — no fato de que a realização do objetivo da biologia foi confiada à agressividade dos homens e se tornou, em certa medida, independente do

consentimento das mulheres."

Prestaram bem atenção? Pois é, o texto é do sr. Freud ("Feminilidade", 1932) e tem gente até hoje, nessa linguagem estupendamente empolada (para enganar com mais classe) falando a mesma coisa. Que nós não desejamos o homem, por exemplo e outras incríveis "sabedorias" sem sombra de dúvida, machistas. Mas estamos chegando nesse assunto para recomendar a leitura de "Mulher, sexo no feminino", da autoria de Rosiska Darci de Oliveira e Mariska Ribiro, magnificamente ilustrada pelo sensível Miguel Palva, da qual extrai esse trecho antológico da "ciência" freudiana. Se seguirmos toda essa "sabedoria", devemos nos convencer de que, ao entrarmos na sala de um freudiano, devemos apenas nos conformar em aceitar nossa efetiva "inferioridade". E como a história daquela piadinha "você não tem complexo de inferioridade, você é inferior mesmo". Palmas.

Rosiska, uma mulher muito bonita e inteligente, estará entre nós, na próxima sexta-feira, na Casada Mulher, à rua Almirante Marques Leão, 807, às 20 horas, para autografar essa reveladora obra para homens e mulheres. E assim começa uma coleção "Maria Sem Vergonha (de ser mulher)": "E se, de repente, as mulheres, perdendo o recato, comessem a dizer o que pensam, o que sentem, o que querem da vida? E dizê-lo não só em diários escondidos no fundo do armário ou no ouvido da melhor amiga, mas pública e desavergonhadamente?" Que diria o sr. Freud, heim? Pois é esse o caminho que o livro vai abrindo.

Ele começa com um lindo desenho, de um paraíso tropical, onde um homem e uma mulher "flertam" e passa para uma movimentada cidade. Logo vem o encontro romântico de saltos altos com galã alotrado. A cama e... um par de jovens decepcionados. E aí, todos os mitos são, aos poucos, destruídos pela análise bem-humorada das autoras. E vem o porquê de tudo. Quem é essa mulher ideal e esse homem

valeroso e agressivo que satisfaz, aos magotes, as mulheres românticas?

Senão, vejamos Jorge Amado: "De todas cuidava Pedro Arcanjo, cada uma sua vez, e a todas satisfazia como se outro emprego não tivesse além daquele da cama e da vadiagem (...). Um lorde, um paxá, um presunçoso tirado a zarro (...) numa vida de regalo. Tem de seu, tranquilo a lagodaça de mulher nenhuma sofrendo as agonias, os martírios, o medo de perdê-la ou de não tê-la, pois as desavergonhadas, as desbriosas viviam atrás dele em dengue e adulação, não cogitavam abandoná-lo, lhe fazer ciúmes ou lhe pôr os cornos. Nem por brincadeira pensar nisso. Na maciote, Pedro Arcanjo, o bom de bico e de xodó." (Do livro "Tenda dos Milagres", citado por Rosiska e Mariska).

No entanto, as histórias de insatisfações sexuais são muitas. E é bom não acreditar em depoimentos "lápis e papel", feitos por aí aos montes, sem a menor preocupação científica (para se conseguir uma pesquisa realmente significativa, são necessárias várias condições, entre elas a de se colocar questões cruzadas, de forma a impedir declarações mentirosas) e que se auto-intitulam "pesquisa".

O interessante é observar que é duro, difícil, doloroso, encarar a realidade, dizer que não temos, de fato, aquele desempenho que as publicações estão exigindo, atualmente, das mulheres. Elas também começaram a entrar nos campeonatos sexuais, imitando o comportamento tradicional masculino.

Mas será que tudo é por inveja do pênis? Não fui eu que inventei isso aí. Não fui eu que escrevi aquelas coisas lá em cima. Minha mão foi sollicitada apenas a denunciar. E vocês vão disputar a política por causa disso? Quem não percebe que a hora é das mulheres começarem a falar por si próprias? As próximas eleições — se ocorrerem — serão uma boa surpresa para nós, mulheres. Quase pela primeira vez, teremos candidatas de verdade. Conscientes e sem inveja do pênis.

Folha de

06/09/81

p. 39

Esse documento, da Associação das Domésticas de Recife, comenta os resultados de uma pesquisa feita em 1979-80 por elas mesmas.

FALAM AS EMPREGADAS DOMÉSTICAS

PARA começar, queremos apresentar nossa Associação. Somos um grupo de empregadas domésticas. Há muitos anos, as mais antigas de nós estão preocupadas com a situação das nossas colegas de profissão. Elas descobriram que é muito difícil reunir as domésticas, porque vêm logo muitos problemas: os horários diferentes de trabalho, o isolamento de cada uma e as distâncias. Mas nós todas fizemos a seguinte experiência: quando a gente consegue se encontrar, é um desabafo; cada uma se sente à vontade para contar seus problemas, ou escutar a colega contar os seus. E descobrimos que os problemas da colega são os nossos. Aí vem a vontade de melhorar alguma coisa. Criamos juntas mais coragem para enfrentar a nossa vida. Por isso sentimos crescer a amizade entre nós, porque descobrimos juntas o nosso valor de tomarmos consciência da nossa missão junto às colegas que ainda não descobriram o que descobrimos.

A Associação é isso mesmo. Uma doméstica sozinha, ou três ou quatro juntas, podem já fazer alguma coisa pelas colegas: elas podem inspirar confiança e orientar as companheiras. Mas quando firmamos juntas o nosso compromisso, cada uma assumindo sua parte, podemos dar um passo maior. Podemos ser uma organização reconhecida oficialmente para servir as nossas colegas empregadas domésticas. Foi isto que fizemos. Pedimos a um advogado que nos ajudasse a fazer os Estatutos da nossa Associação Profissional. Registramos esses Estatutos em cartório. E agora, para todos os efeitos, somos representantes das nossas colegas para defender com elas os nossos direitos, para fazer conhecer os nossos problemas e para encaminhar junto às autoridades competentes soluções que venham realmente melhorar a condição das empregadas domésticas.

E tem mais, a nossa solidariedade vai até às outras categorias profissionais. Ali tem homens e mulheres que sofrem e vêm sofrendo os mesmos problemas nossos. Juntamente com eles, queremos, nós domésticas, dar a nossa colaboração para que a condição de todos os trabalhadores e de todas as trabalhadoras seja cada vez mais justa e mais humana.

Acabamos de ver o que é nossa associação, vamos ver agora como ela funciona. A associação funciona quando a doméstica vai à rua conversar com as colegas, explica a elas o que tem na lei das domésticas e mostra porque a gente deve ter Carteira assinada e tudo mais. Faz parte também do trabalho da associada escutar a colega e dar apoio à doméstica para que resolva seus problemas. É claro que a Doméstica deve ter todo o cuidado para não dar orientações erradas. É por isso que temos o programa de rádio "Doméstica, você não está só", cada terça-feira à noite, na Rádio Olinda. Temos também reuniões na sede da associação, rua da Concórdia, 977. Há reuniões que são mais para o lazer, por exemplo: cada domingo a sede fica aberta o dia inteiro para que a empregada possa tirar sua folga. Fazemos também festinhas de São João, Natal, etc. A doméstica precisa deste repouso e divertimento, talvez mais que os outros trabalhadores porque ela sempre na casa da patroa; então ela fica longe de sua família e das pessoas da sua condição: existe o problema da doméstica sofrer problema de nervos por causa do isolamento.

Pela parte da nossa formação e organização das nossas atividades, tem as reuniões do 1.º sábado do mês, à noite, e nas terças e quintas, também à noite, cada semana. Temos também, 2.º domingo à tarde, a nossa assembléia geral para decidir qualquer coisa sobre os trabalhos da nossa associação. Muitas vezes convidamos alguém de fora para dar uma palestra, já que nesta oportunidade tem maior número de domésticas na reunião.

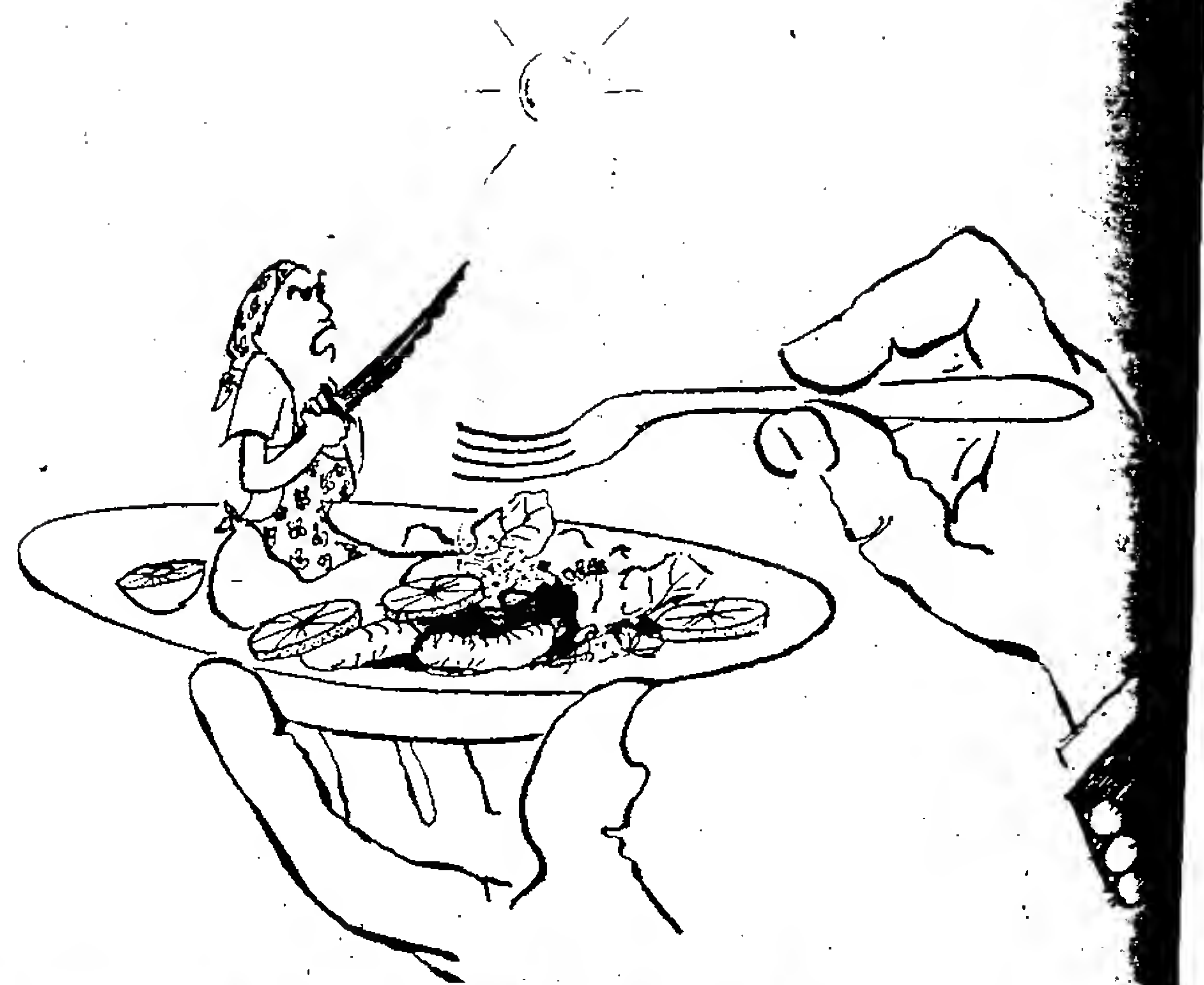
Foi na ocasião de uma palestra destas, em novembro do ano passado, que chegou a idéia da nossa pesquisa. A palestra foi dada por uma advogada, amiga nossa. Ela explicou que não havia nada na lei das domésticas, que segurasse nosso salário. E nós estávamos preocupadas porque o Governo acabava de fazer uma lei que mandava subir os salários duas vezes por ano: uma vez em maio, como sempre foi, e a outra vez em novembro. Com essa lei de contribuição do INAMPS passava a subir também duas vezes por ano, porque esta taxa é determinada de acordo com o salário mínimo. Se o salário tem que subir, a taxa tem que subir também.

Mas como fica a situação da empregada doméstica, se a lei não garante seu salário? O INAMPS não tem preocupação com o salário da doméstica; não é da sua alçada; mas ele manda recolher sua taxa, uma quantia mais alta, mesmo se a doméstica não recebeu aumento de salário. Muitas empregadas iriam ficar em dificuldades. Queríamos protestar em nome delas, mas como fazer para mostrar que esta era a realidade? Foi assim que várias companheiras lançaram a idéia de uma pesquisa feita por nós junto as nossas colegas.

Quebramos a cabeça porque sabíamos que muitas companheiras nem sabem ler ou que têm muita dificuldade para escrever. Mas decidimos enfrentar a situação. E foi muito interessante, porque havia até novatas entre as domésticas que assistiam à reunião e participaram da pesquisa.

Resolvemos fazer poucas perguntas na pesquisa para não obrigar as domésticas a escreverem muita coisa. Porque o principal, na pesquisa, era o contato, o jeito da conversa. As perguntas escolhidas foram as seguintes:

- Você tem a Carteira assinada?
- Você trabalha em que bairro?
- Quanto você ganha?



conversado com a colega entrevistadora.

conversado com a colega entrevistadora.

Porque éramos muito poucas para aquela multidão de gente a encontrar. Além disso várias colegas foram fazer a entrevista em diversos cantos: elas pensavam que era melhor atingir um maior número de lugares. Mas soubemos que não servia de nada, para os resultados técnicos da pesquisa, recolher respostas isoladas de tal e tal bairro.

Outra prova de sinceridade das respostas: o grande número das que não tinham a carteira assinada e não quiseram dar explicação sobre seu caso.

Por isso achamos que o nosso trabalho foi muito valioso. Por sinal, nenhuma companheira nossa achou que perdeu os seus esforços com esta pesquisa. Pelo contrário, foi um momento muito rico de contatos e troca de confiança.

sã. Já que têm 'mais' capacidade, eles deram forma de resultados das respostas recebidas das colegas.

Essa parte tem seu valor pessoal que tem estudo gosta de culos e quadros: isto dá mais cada um pode verificar através disso que não houve engano, sabendo que o retrato da real fidel.

Cabe a nós, agora, tomar
respeito da parte humana de
tados da pesquisa. Precisamos
nosso protesto diante de tudo
foi dito e que a gente já sentiu
da conversa com nossas cole-

A mulher, por ser mulher, recebe menos que o homem

Falamos em nosso nome, como Associação, como responsáveis por esta pesquisa, e falamos em nome de tantas companheiras nossas que não têm condições de se fazer ouvir.

Denunciamos em primeiro lugar os salários baixos como se vê na pesquisa. Do ano passado para cá, o custo de vida subiu, tudo ficou mais caro e quase todos os profissionais conseguiram aumento de salário. Mas ainda hoje, há Empregadas Domésticas ganhando salário de Cr\$ 300,00 ou 400,00, o que já era um horror quando começamos a pesquisa, em novembro de 1979!

Denunciamos, com mais revolta ainda os casos que chamamos de trabalho clandestino, isto é: de Empregadas Domésticas trabalhando sem ganhar salário ou sem possuir documentos. Essas colegas nossas não têm condições de gente, e seus patrões estão praticando com elas injustiça desumana, como se ainda fosse o tempo da escravidão.

Denunciamos também as injustiças praticadas a respeito da Carteira assinada. Os patrões têm obrigação de assinar a Carteira. É a Lei! A Carteira assegura o mínimo de direitos à Doméstica. Ora, tem muitos patrões que se negam a assinar a Carteira das Empregadas: os números estão aí, não precisamos repetir. Mas precisamos denunciar as seguintes situações:

— Há mais Domésticas SEM do que COM Carteira assinada.

— O número de Domésticas SEM Carteira assinada é sempre maior entre as companheiras que ganham um salário menor: quanto mais baixo os salários, mais colegas ficam sem a carteira. Isto prova que estas companheiras nossas sofrem duas injustiças: uma é o salário baixo, outra, a negação da Carteira. É um absurdo!

— Existe por parte de certos patrões uma mentalidade ruim: eles negociam com a Carteira das suas Empregadas. Vamos ver como é praticado o negócio:

Se a doméstica ganha somente Cr\$ 400,00 e tem a Carteira assinada, isto significa que são os patrões quem pagam o Instituto da Doméstica. Isso não é correto. A Doméstica como todos os demais empregados, deve assumir sua parte no pagamento da contribuição do Instituto. Mas vejamos como fica a empregada, naquela dependência. Ela vai ter medo de procurar trabalhar numa outra casa, porque não sabe se os patrões terão a "bondade" de assinar sua Carteira.

Se ela ganha um salário mais alto, o patrão diz que a parte dele para o INAMPS já está dentro do "generoso" salário que ele dá!

Enfim, há o caso, encontrado várias vezes pelas colegas, mas que não podia ser registrado na pesquisa, quando duas ou três Domésticas trabalham na mesma casa; somente uma entre elas tem Carteira assinada, geralmente com um salário melhor. Desta forma, a Carteira assinada vem a ser um presente. Uma pode ganhar o presente, então é favor; e as outras, que não ganham o presente, ficam revoltadas. Assim a Carteira deixa de ser um Direito garantido pela Lei a todos os trabalhadores sem distinção.

Mas não basta denunciar os fatos. devemos denunciar as raízes desses fatos.

Antes de tudo precisamos protestar porque nós, Domésticas, sofremos o desprezo que esta sociedade tem para com o trabalho e a pessoa do trabalhador. Em toda a parte só vale a quem tem dinheiro. Quem tem dinheiro é quem decide tudo, sem precisar consultar ninguém. Quem tem dinheiro, não se preocupa em saber de onde vem o seu dinheiro. Ele só pensa em ganhar mais para gastar mais. Acontece que o dinheiro gasto para luxar sempre dá satisfação que cria fama, mesmo quando são despesas desnecessárias. Em compensação, o dinheiro falta sempre quando se trata de pagar um salário decente à pessoa que trabalha por necessidade.

As grandes empresas e até os próprios órgãos dos Governos Municipais, Estaduais e Federais atrasam ou reduzem os salários de seus empregados e deixam de depositar em Bancos as devidas importâncias pelo Instituto de seus funcionários. Negar a Carteira assinada, isto acontece nas fábricas, empreiteiras e firmas comerciais, só que para nós é novidade porque faz pouco tempo que chegamos a ter esse direito e pensávamos que nossos patrões, que sempre dizem que são bons, eram também justos. Ouvimos falar de uma patroa que fazia, junto às suas amigas, os maiores elogios de sua Empregada, porque esta nunca pedia aumento. É exatamente a mentalidade dos patrões. Para eles, empregado bom, funcionário bom é aquele que não reclama nada e se deixa sempre explorar, nunca comete o "crime contra a economia dos ricos", exigindo um salário mais justo.

Devemos denunciar também que estamos sofrendo, como mulheres, os problemas que a sociedade fabricou contra o trabalho da mulher. Em todas as profissões a mulher, por ser mulher, recebe menos dinheiro do que o homem que faz exatamente o mesmo trabalho. E ela tem mais dificuldade para fazer reconhecer suas competências. Parece que a mulher não tem direito a ganhar seu salário nem manter sua vida.

Temos que denunciar, enfim, que nossa profissão é desvalorizada pela sociedade em geral. Queremos responder logo a toda essa gente que anda dizendo que não somos verdadeiras trabalhadoras porque "não damos lucros ao patrão". Mas a Lei diz apenas que o "Empregado Doméstico é aquele que presta serviço no âmbito residencial sem objetivo lucrativo por parte dos patrões". Quer dizer: é o patrão quem deve ter o lucro direto com o trabalho da gente, do contrário, ele deveria declarar a gente como funcionárias de sua firma e pagar o salário integral, horas-extras e tudo mais. Vejamos como a Lei faz lucrar os patrões em cima do trabalho da gente, visto que ela lhes dá dispensa desses pagamentos! Sem falar das outras economias que os patrões fazem graças ao trabalho nosso.

Escutamos também outras pessoas que dizem que não trabalham na produção. Se olharmos as coisas de perto, somente os operários e camponeses estão mesmo trabalhando na produção. O resto trabalha para a produção. E nós também trabalhamos para a produção, porque, pelo menos, sem o trabalho da gente nem o patrão nem a patroa poderiam sair de casa para exercer a sua profissão.

Mas o que faz a nossa glória, mesmo se a sociedade não dá valor a isso, é que trabalhamos para a educação, para o bem-estar, para a higiene e até para a saúde das famílias onde prestamos nossos serviços. Se a família quer dar uma festa, para alegrar os parentes e amigos, a gente vê logo aumentar nosso trabalho. Se alguém adoecer na família, somos nós imediatamente quem teremos mais serviço. Depois vão xingar que este trabalho nem dá lucros, nem está na produção: então por que é que somos procurados?

O que acontece é que os homens não se interessam com os problemas de casa. Então as patroas que querem ser ótimas donas de casa, descarregam sobre suas Empregadas Domésticas todo o aborrecimento deste trabalho menosprezado. São muitas exigências e minúcias. Enquanto as patroas nunca ficam satisfeitas com suas domésticas, os patrões se fazem de bonzinhos e o sistema pode andar.

O que mais verificamos é que, na casa dos patrões, tudo leva a Doméstica a ficar acomodada. Ela usa um material que nunca usou na sua família nem poderá ter à sua disposição, se um dia ela vier casar. Ela não deve tomar posição sobre nada, do contrário vai perder seu emprego; e se ela passar de casa em casa, ela terá que descobrir o que melhor é ficar no canto bem quieta, sem mexer com nada. Se ela permanece muito tempo na mesma casa, é sinal que justamente ela soube adaptar-se, e agora ela deve ter mais que uma outra medo de perder seu emprego.

Os patrões inventaram, há muito tempo, uma maneira de tratar a Doméstica para torná-la mais acomodada: é usar o sentimento, o ponto fraco da mulher. Por sinal, os patrões fazem sempre esta mesma coisa, nas outras profissões, a distância entre os donos e seus empregados é muito maior. Ao passo que, dentro de casa, as ocasiões nunca faltam. Foi lembrado entre nós o caso da doméstica que estava com 28 anos de trabalho na mesma família: e ganhava somente Cr\$ 1.000,00 e com este salário tão baixo ela conseguia ajudar a pagar a casa de uma irmã. Ela ainda dava presentes à sua patroa! É o caso de perguntar como, nessas condições, terá capacidade de lutar para o que seja dela?

A Doméstica vive isolada num mundo fora da realidade. Por exemplo: a maioria das nossas colegas tem pouca idéia da carestia, porque geralmente elas não fazem as compras e, e mesmo quando as fazem, não é com o dinheiro próprio. E, para que fique ainda mais fora da vida, não há patroas que fazem as compras para suas Empregadas? Essas domésticas terminam sem saber se dirigir na cidade: elas têm pavor em andar por um bairro diferente do seu.

Antes da Lei das Domésticas, havia patroas que cuidavam da saúde de suas Empregadas, arranjando consultas junto a médicos amigos da família. Essas mesmas patroas, agora, acham ruim o tempo que a Doméstica deve passar nas filas do INAMPS para serem atendidas. A própria não pode deixar de lembrar todo o serviço que a espera na casa da patroa. Aí, ela faz comparações entre

as consultas de um médico para o atendimento do ambulatório do INAMPS, com a demora para chegar ao médico e a maneira como ele trata. Não é raro, portanto, que a patroa e a Doméstica concordem em achar que não dependem do Instituto para o atendimento de saúde. Prestemos atenção nesta concordância de opinião entre a patroa e a Doméstica: para a patroa é muito mais fácil recorrer a um médico do que a família que atenderá mais rapidamente o caso. Mas para a doméstica é mais uma dependência e ela fica pedindo à patroa mais um favor. Além disso, vai sentir mais fortemente a falta do comodismo e não terá coragem de exigir a assinatura da sua carteira profissional. Perguntamos: O que será das suas férias? O que será do futuro quando precisar da aposentadoria?

Em consequência de tudo isto as nossas colegas chegam a ter medo da sua profissão. Não acusamos as patroas de se desfazer das Empregadas Domésticas, embora tenhamos exemplos concretos daquilo, mas são casos isolados. Mas o que acontece geralmente é que a doméstica vem a imitar os gostos do meio onde ela trabalha: ela prefere fazer sua adaptação a este meio. Outras desprezam sua profissão.

Resultado: ela vai tentar, quando jovem, arranjar uma outra profissão, se ela não tem mais condições para mudança, ela fará tudo para escapar que trabalha em casa de família. A pesquisa revelou isto com o grande número de colegas que não querem tirar a carteira como Doméstica — apesar de ganhar, às vezes, um salário bom — e o número maior ainda das que não sabem dar explicações sobre as razões pelas quais não têm Carteira assinada. Sim, é a sociedade inteira, e não apenas os patrões dessas domésticas, que tem responsabilidade com o isolamento e o medo e a acomodação dessas nossas companheiras. A sociedade não enxerga que ela está se destruindo a si mesma quando ela mantém fora do convívio as nossas companheiras. Muitas são as pessoas que trabalham para seu sustento e que poderiam colaborar muito mais para o bem geral se fossem estimuladas a assumir todas as suas responsabilidades de mulheres, de cidadãs e de Filhas de Deus.

E por causa disto que continuamos nossa ação, custe o que custar, em favor da dignidade de todos os trabalhadores e particularmente das nossas companheiras Empregadas Domésticas.

Esta pesquisa foi um passo; portanto ela é fruto da nossa união, um dos objetivos principais da nossa Associação.

Naão limitaremos nossa ação apenas a esta pesquisa e Manifesto. Lutaremos até chegar à obrigação de somente pagar uma Doméstica se for com Carteira assinada. E que a Carteira seja assinada com um salário justo, não apenas pela conveniência dos patrões, mas sim de acordo com as necessidades das Domésticas.

Sem deixar a nossa luta de lado para que as nossas colegas de profissão saiam do seu isolamento e fiquem cada vez mais esclarecidas, assim elas poderão assumir a sua vida e lutar para tornar esta sociedade sempre mais justa e mais fraterna.



O cortiço da rua Tabajaras está, hoje, semidestruído.

Foto Derly Marques

Moradores de cortiços querem a creche logo

DENISE NATALE

Os 120 dias de prazo, estipulados pelo coordenador Wilson Quintela, da Coordenadoria do Bem-Estar Social, (Cobes), para que a creche reivindicada pelas mães dos cortiços da Mooca fique pronta, estão para expirar, sem que as obras tenham ultrapassado os alicerces. As mães afirmam estar vigilantes e prometem chamar a atenção para seu movimento, realizando uma manifestação em breve, para provar que estão "fiscalizando as obras e querem ver os prazos cumpridos".

A informação da faxineira Maria Senhora de Jesus, mãe de 5 crianças e que espera, com ansiedade, o funcionamento da creche para trabalhar com mais tranquilidade. Ao contrário do que vem acontecendo hoje: ela é obrigada a deixar as crianças com o pai ou sozinhas, no apertado quarto do cortiço da rua Cuiabá, na Mooca.

Maria pertence à Comissão de Mães, que surgiu com o trabalho da Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados, da paróquia de São Rafael. Depois que a comunidade constatou o grande número de cortiços na região e as péssimas condições de habitação a que seus moradores estão submetidos, passou a realizar pesquisa para definir o perfil do morador do cortiço e, para isso, contratou a assistente social Maria José Pina.

PESQUISA

Os resultados obtidos pela pesquisa, realizada há dois anos, não foram animadores. Constatou-se que, somente na área da paróquia, havia 70 cortiços, escondidos sob fachadas de antigos casarões. Os quintais, que chegam a abrigar até 56 famílias, como é o caso do cortiço da rua Madre de Deus, muitas vezes são construídos clandestinamente e, por isso, oferecem péssimas condições de habitação. Umidos, com esgotos a céu aberto e tetos que desabam frequentemente, seus quartos nunca abrigam menos que 5 pessoas.

Os atritos são constantes, uma vez que os cortiços, na maioria das vezes, têm só dois tanques, utilizados também como pias, e dois banheiros, sem água quente. O aluguel oscila entre Cr\$ 3 a Cr\$ 10 mil cada quarto, rendendo ao seu proprietário quantias que chegam aos Cr\$ 150 a 250 mil, por cortiço. Os moradores são, quase sempre nordestinos, com grande incidência dos vindos das cidades de Pesqueira e Belo Jardim, em Pernambuco. Registrou-se, ainda, pequena porcentagem de ex-lavradores vindos do interior do Estado.

"Na ocasião — lembra a professora Arlete Lopes Diogo, que participou da tabulação da pesquisa —, "constatamos que 90% deles eram trabalhadores metalúrgicos, que preferiam os cortiços pela proximidade do emprego. Reclamavam dos preços cobrados pelos aluguéis, das condições das habitações e do relacionamento difícil com os outros, provocado pela disputa de lugar no tanque, banheiros ou varais."

Os cortiços, no entanto, representam, para seus donos, negócio dos mais rentáveis, graças à valorização imobiliária, à alta dos aluguéis e à necessidade dos moradores estarem próximos ao trabalho, evitando pagar condução diária.

ORGANIZAÇÃO

Diante desse quadro definido pela pesquisa, a Pastoral dos Direitos Humanos e dos Marginalizados passou a realizar encontros para discussão sobre a direção do trabalho com esta comunidade. Uma das idéias foi a de mostrar à população dos cortiços — também chamados de quintais —, que o problema enfrentado por cerca de 35 mil moradores da Mooca é o mesmo vivido por parte da população de São Paulo. Então, realizou-se um audiovisual com o objetivo de mostrar os dados da pesquisa aos interessados.

"Contudo, a população que habita os cortiços é flutuante demais. Muda-se constantemente, à procura de aluguel mais barato. Além disso, quase não dispõe de tempo, ou porque deve lavar a roupa, dar banho nas crianças, ou está cansada e quer dormir, simplesmente. Isso tem dificultado muito nosso trabalho de organização, que depois de dois anos ainda está praticamente no início," diz a professora Arlete.

A "Novenas de Natal", realizada em 1980 pela Pastoral sobre o problema do migrante, conseguiu atrair bom número de moradores dos cortiços. As discussões provocadas pelo audiovisual acabaram por "chocá-los, ao se defrontarem com as condições em que vivem. Muitas vezes, a indignação é canalizada para o proprietário do cortiço, e poucas vezes para a questão maior, o problema da habitação. "Até que, conforme lembra Arlete, começaram a surgir as reivindicações isoladas.

Uma delas foi a do cortiço da rua Madre de Deus, um dos maiores da Mooca. Seus moradores conseguiram evitar despejo de 10 famílias, com orientação de advogado, além de recuperarem antigo banheiro, transformado em quarto e habitado por casal com criança de quatro meses, em péssimas condições.

As compras comunitárias, que não foram bem organizadas, agora serão retomadas com o propósito de baratear a alimentação. O curso de alfabetização, baseado no método Paulo Freire, atraiu número considerável de moradores dos cortiços e está sendo reestruturado.

Mas a luta mais significativa tem sido pela creche. Muitas mulheres dos cortiços da região engajaram-se nesta reivindicação há um ano e aguardam o cumprimento da promessa do coordenador Wilson Quintela.

Apesar da dificuldade de mobilizar e organizar os moradores, Arlete acredita que o trabalho da Pastoral deve continuar. Ela já está mantendo contato com representantes de grupos que também trabalham com cortiços e pensões, na Zona Leste e, depois de duas reuniões, já surgiram novas ideias.

"Pretendemos estabelecer, agora, contato com outros grupos de São Paulo que atuem em cortiços, para analisarmos a situação. O problema fundamental dessa população é o de moradia e queremos estudar, juntos, a melhor saída."

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DA TARDE*

Data: *11/09/81*

Pág.

Pasta n.º

N.º do recorte

11/9/81
**Entidade do Colégio Sion
inaugura creche em V. Maria**

Pertencente ao Colégio Sion, a Obra de São Theodoro, dentre os muitos serviços educativos e assistenciais prestados à população de São Paulo, em especial aos moradores de Vila Maria e vizinhanças, acaba de inaugurar naquele bairro uma creche que acolherá filhos de moradores da região, dando-lhes assistência e permitindo que muitas mães possam ajudar seus maridos no trabalho para a sobrevivência, no momento em que a vida, em São Paulo, torna-se mais difícil.

A creche ora inaugurada recebeu o nome de "Irmã Natividade" e localiza-se na rua Mére Amédea, no Alto de Vila Maria.

A solenidade de inauguração deu-se na última terça-feira, sendo esta data escolhida por ser o dia do aniversário de Mére Marie Natividade de Sion, fundadora da Obra de São Theodoro, ocasião em que completou 88 anos de idade.

A inauguração estiveram presentes, além da presidente da creche, Jane Fava, convidados, ex-alunas do Colégio Sion e funcionários da própria entidade inaugurada. O padre Humberto Porto, capelão do Colégio Sion, presidiu a inauguração, oportunidade em que abençoou todas as dependências da creche.

Creche não funciona. Adivinhe porque.

OSP
11/09/1981
p8 última

Reportagem de Maria José Sarno

A creche Casa de Pedra, situada na Vila Paulistana, Zona Norte da capital, já estão concluída há quase 6 meses. Inaugurada no dia 8 de julho, já se encontra na parede principal da entrada uma grande placa que reivindica a construção pela Prefeitura. Até agora, entretanto, nenhuma criança está sendo atendida pela creche.

No último sábado, dia 29, uma assembléia reuniu cerca de 60 mães do bairro que, com unanimidade decidiram não abrir a creche enquanto a Prefeitura não contratar o número adequado de funcionários, evitando assim, "que aquilo se transforme num depósito ou num hospício de crianças".

Casa de Pedra é uma mini-creche que comportará 70 crianças. Atualmente seu quadro de 14 funcionários abriga apenas 6 pagens que se dividem em dois turnos de trabalho. A Comissão de luta por creches do Centro de Defesa dos Direitos Humanos denunciou, entretanto, que essas 3 pagens por turno se transformam em uma só. "Não temos nenhuma auxiliar de cozinha e tampouco alguém responsável pela lavanderia. Se deslocam assim, uma pagem para cada uma das funções, restando apenas uma".

Além das denúncias e das irregularidades apresentadas na creche, as mães ouviram também um histórico do Movimento de Luta por Creches na região, que começou há mais de 3 anos, e vêm acompanhando de perto todo o processo de contratação de funcionários, onde denunciavam o preenchimento dos cargos pelo apadrinhamento político e defendiam o direito das mães de "exigirem que seus filhos possuam um atendimento decente e cuidados constantes".

CRECHE: UMA NECESSIDADE

A reivindicação e a necessidade do bairro, afirmou a Comissão, "foi de uma creche-padrão (120 crianças) que seria construída no próprio terreno onde se encontra a mini, mas a Prefeitura se justifica dizendo que se enganou e acabaram construindo essa mesmo".

A urgência de creches na região foi comprovada pelo número de inscrições que atingiram 266 crianças de 167 famílias. O critério de seleção adotado deve atingir aos mais carentes, ou seja, as famílias de menor renda, bem como, crianças de uma mesma família procurando solucionar o maior número de problemas possíveis para que, pelo menos, algumas mães possam trabalhar.

— A Comissão explicou a situação: “Reivindicamos uma de 120, recebemos uma de 70, mas com esse número de funcionários apresentados, só poderá atender 25. Assim, as mães é que vão decidir — abrimos com 25 ou com 70 — mas, pelo menos, com 15 pagens e 1 volante”.

Enquanto as mães reunidas em grupo tomavam uma posição, a Direção Regional do Movimento também decidiu se reunir e avaliar a situação. “Só abriremos com 70” decidiram as mães, recebendo total apoio da coordenação. Como formas concretas de encaminhar a luta, as mães decidiram divulgar e denunciar o máximo possível, através dos meios de comunicação, a situação da Vila Paulistana: organizar mais reuniões no bairro; e reiniciar as caravanas à Prefeitura apresentando duas propostas básicas: a contratação de mais funcionários e a ampliação do atendimento das creches para 6 anos, pois, todas construídas pela Prefeitura só atendem até 3 anos o que, obviamente, não resolve o problema de nenhuma família. “Qual é a criança de 3 anos que já come sozinha, toma banho e conserva a casa?” “interrogou uma das mães”.

A CONSTRUÇÃO

Segundo o Sr. Antônio Sampaio, vereador pelo PDS, a Creche da Casa de Pedra é uma das melhores que ele já viu. Vale à pena salientar, entretanto, que antes mesmo de estar funcionando, 2 portas já foram trocadas. No banheiro não há ladrilhos e várias rachaduras já foram novamente cimentadas. As salas de recreação onde as crianças passarão o maior tempo, bem como toda a creche, é simplesmente revestida de cimento sem qualquer camada protetora que impeça a penetração da umidade. Para comprovar isso, basta levantar um colchão, a água brota. As venezianas estão todas tortas e várias fechaduras já foram trocadas.

Na opinião do Sr. Roberto Maluf — assessor do Sr. Wilson Quintela — esses detalhes não são problemas. Quando em visita, acompanhado por sua comitiva, alguém reclamou da umidade ao que ele retrucou, — “Isso não é problema, porque Deus cuida. Pobre já está acostumado com umidade”. Criança não fica descalça em clubes?” Mais um comentário sobre as venezianas tortas. Ele respondeu: “Realmente, não fazem mais venezianas como antigamente”.

NA COBES

Cinquenta mães de Vila Paulistana, Vila Aurora e Imirim, lotaram um ônibus e no dia 3, quinta-feira, compareceram à COBES. Entregaram ao coordenador Wilson Quintela um documento contendo todas as reivindicações da última assembleia popular e exigiram sua assinatura.

A Comissão duas questões pareciam básicas: Como evitar a divisão das mães que não veriam seus filhos incluídos entre os primeiros 25 matriculados? Por que não contratar imediatamente o quadro necessário de funcionários, uma vez inevitável, já que a creche se destina a 70 crianças, diminuindo assim, o problema do desemprego? Para a primeira pergunta Wilson Quintela respondeu simplesmente não acreditar que haver divisão. A segunda, não deu qualquer resposta.

Em relação aos problemas da construção do prédio, como a colocação de azulejos por exemplo. (1,80m. é exigido por lei), Quintela explicou que tanto o azulejo como o esmalte empregado são permitidos, mas para as mães não ficarem preocupadas que, “quando estragar o esmalte, serão colocados azulejos”. Para a comissão de mães essas atitudes são para complicar as questões, uma vez que, “com as crianças frequentando normalmente a creche será muito mais difícil operacionalizar a azulejos como do piso (que serão trocados em todas as unidades início do próximo ano), para não se falar nos gastos necessários, pois evidentemente não é dinheiro deles”.

Toda a audiência foi gravada e o Sr. Wilson Quintela se recusou a assinar qualquer documento afirmando que o leria numa próxima audiência a ser marcada. — “O povo já perdeu muito tempo e dinheiro” — a comissão exigiu que, da próxima vez, o coordenador compareça à assembleia no próprio bairro, marcada para o dia 16, 4.a feira, às 16 horas, na Creche da Casa de Pedra.

Como forma de pressionar e apressar uma tomada de decisão por parte da Prefeitura, Vila Paulistana decidiu matricular não só as 25, mas as 70 crianças escolhidas no bairro dentro dos critérios estabelecidos.

Feminismo F/SP 20/9/81

Uma simples palavra à Igreja Católica

IREDE CARDOSO

Sempre que falamos da Igreja Católica, falamos como de uma mãe: com todo o respeito e, como manda o próprio cristianismo, com todo o amor de que somos capazes e sabemos, com nossas limitações. A uma mãe, agora, neste momento histórico que atravessamos, pedimos que crie seus filhos para a vida; que não limite suas aspirações; que propicie a vivência da liberdade e o exercício pleno da cidadania, para dizer o mínimo. Que nos permita experimentar o amor, o prazer, a alegria de viver, a ressurreição. Como eu detestaria uma mãe que determinasse aos meus irmãos, do sexo masculino: vocês fazem "isso", ela, que é mulher, faz "aquilo". Fosse o que fosse, mesmo que eu estivesse de acordo.

A mãe não recusa reivindicações feitas com a maior clareza, se ela está do lado da filha. Distribui seu amor indistintamente, mesmo que tenha todo o direito de ter maior compatibilidade com um filho, que com outro. Não obriga seus filhos a contrariarem suas vocações, suas aspirações, seus anseios, seus sonhos, se eles existem em benefício do desenvolvimento da pessoa, como ser humano e, no caso da Igreja, dos filhos de Deus, sejam homens ou mulheres.

Como, entretanto, é, amentavelmente, ambígua a Igreja Católica Apostólica Romana: opta pelos primidos, mas manda a mulher para os serviços domésticos. Quem sou eu, essa humilhada criatura, para criticar tão grande e secular instituição? O máximo que podemos fazer, Santidade, é continuar em nossa luta por fazer das mulheres seres respeitados, com vocações próprias, com inclinações, desejos. O máximo que posso fazer é lamentar as

freiras americanas, rechaçadas em suas reivindicações de participação maior na Igreja. E lembrar que muitas mulheres consideram a instituição absolutamente machista. E não se ofendam. Machista porque impenetrável às mulheres que trabalham arduamente na infra-estrutura, mas que jamais ocupam postos publicamente de poder.

Machista porque, como outros importantes segmentos da sociedade, quer legislar sobre o corpo da mulher e sua maternidade e, agora, com a decepcionante recomendação de que o homem precisa ganhar melhores salários, para que as mulheres possam se ocupar de suas tradicionais tarefas domésticas. Santidade, estamos marginalizadas.

E para que não se confunda qualquer luta com qualquer coisa, lembramos nossa companheira de Contagem, Minas Gerais, obrigada a ter um filho fruto de um estupro que não pôde ser provado, sob os aplausos da Igreja. Na TV Mulher, no pequeno espaço dedicado à "palavra de mulher", deu-se o seguinte diálogo, entre repórter (Malu Maia) e entrevistada, uma mulher do povo: "Que é que a sra. acha desse caso de Contagem: a mulher deve ou não ter esse filho?" Resposta: "Não, deve fazer aborto." Repórter: "Mas a sra. não é religiosa?" Resposta: "Sou, sou católica, mas eu não teria esse filho."

Por que essa resposta contundente? Em Contagem, informam-nos nossas companheiras do Centro de Defesa dos Direitos da Mulher, o marido da jovem estuprada está sofrendo a maior pressão, por parte dos colegas de trabalho, para não assumir essa criança. Em palavras mais vulgares, dizem a ele que foi "traído" (usando um outro vocábulo, por demais conhecido). Se a sociedade

não é capaz de pensar nos direitos dessa mulher, pense ao menos nos direitos dessa criança e nessa família que pode ser destruída, com o caso. Nós assumiremos mais uma vez essa mulher e essa criança, nós, mulheres. Só gostaríamos de saber se a Igreja e a Lei, tão solertes na determinação de seus desígnios, ofereceram algum tipo de ajuda a essa mulher, grávida de um estupro não comprovado (se ela tivesse morrido, seria uma santa).

Essas histórias são tristes e pesarão na consciência dos cristãos sinceros. Não é uma praga, é uma antevisão.

E, para Sua Santidade um recado, assim pretensioso, como um recado de Xiririca da Serra para os Estados Unidos: deixem as mulheres crescer livres, porque delas também é o reino dos céus. E, para que não fiquemos tristes (como somos fortes!), avisar que, apesar da vocação "natural" — segundo os "outros" — da mulher ser a de "prendas domésticas", três companheiras nossas acabam de vencer a Jornada Nacional de Curta Metragem, realizada em Salvador, com dois filmes muito bons: Marília de Andrade e Ellana Bandeira, de São Paulo, com o "Balzaquilanas", no qual são contadas as contradições da mulher de classe média; e Leilany Fernandes, do Rio, com "Tempo Quente", sobre a questão das creches e a Legião Brasileira de Assistência (LBA), abordando o sofrimento da mulher proletária, abandonada à sua própria e fraca sorte de ganhar menos que o homem, ter dupla jornada de trabalho e ser a responsável solitária pelo "ser mãe é padecer no paralisso". Que Deus nos ajude... a fortalecer nossas organizações, porque a solidão nos faz ver a dura orfandade feminina, neste País — e no mundo.

F/S.P. 22/9/81
p 14
**Creches estão
em discussão,
em São Paulo**

CECILIA PIRES

O 1.º Encontro Nacional de Creches, que reúne experiências de vários Estados brasileiros, levará alguns de seus representantes, hoje, às 20 horas, para um debate com o público na Câmara Municipal de São Paulo, Salão Pedroso Horta. Será a única oportunidade de um contato aberto com a população, já que os especialistas, reunidos desde a manhã de ontem na Fundação Carlos Chagas, organizadora do encontro, permanecerão discutindo suas experiências em debates mais específicos destinados aos responsáveis pela implantação deste tipo de serviços.

A importância do encontro está diretamente ligada à dimensão que o problema de creches tomou no Brasil nos últimos anos, particularmente depois que experiências comunitárias provaram ser perfeitamente possível que a própria sociedade assuma a responsabilidade sobre as crianças, ao mesmo tempo em que reivindica a atenção dos poderes públicos para uma questão sempre colocada em segundo plano.

É também a partir da avaliação desse encontro que se poderá dimensionar a capacidade de mobilização popular para reivindicar desde a alimentação para as crianças das regiões mais carentes, até a educação de forma global, como um direito a que todos deveriam ter acesso. Experiências tradicionais como aquelas desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência (LBA), por exemplo, serão colocadas na mesa de debates ao lado de iniciativas inovadoras, como a criação de creches em plena área rural, ou implantação de núcleos do tipo cooperativas, que se tornaram perfeitamente viáveis.

Creches conveniadas da prefeitura, grupos comunitários que organizaram experiências em bairros da periferia, creches de empresas ou de profissionais liberais, até creches ligadas a penitenciárias femininas permitirão demonstrar, por um lado, a dimensão do problema da educação infantil.

EXEMPLO

Um exemplo desse trabalho é o projeto "Creche Pixote", criada por um grupo de mães no bairro do Bel Jardim, na zona Norte de Osasco, habitado principalmente por migrantes vindos das zonas rurais. Com baixo nível de qualificação profissional, esses migrantes, que trabalham, a maioria, na construção civil ou como operários não especializados, ganham baixos salários e vivem em condições precárias. Neste quadro, o trabalho feminino aparece não como opção de integração da mulher na sociedade, mas como única alternativa para salvar o orçamento familiar.

Com mais de 30 mil crianças, o próprio bairro tomou a iniciativa de criar um primeiro núcleo de atendimento, com recursos duramente obtidos às custas da mobilização da comunidade. O grupo que iniciou a experiência havia chegado à conclusão que embora este tipo de atendimento fosse da competência dos poderes públicos o custo de implantação dos serviços escapasse às possibilidades da comunidade local, as mães não podiam mais esperar muito tempo por uma oportunidade de sair para o trabalho.

Foi por meio de intensa mobilização que se conseguiu angariar recursos mínimos para o aluguel de um local e a criação de uma infra-estrutura mínima de apoio para o atendimento inicial de 33 crianças. Foram feitos empréstimos, bailes, festas, listas de contribuição, doações em objetos.

PROGRAMA

Hoje, além da reunião aberta com a população, a programação do encontro inclui discussões de grupos com a participação das seguintes entidades: Linhas Corrente Ltda; Sindicato de Têxteis de São Paulo; Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina; OMEP (Creche Domicílio), de Brasília; Centro de Educação Comunitária Morro Cristo Rei, de Manaus; Comissão de Bairros de Belém; Creches Conveniadas da Prefeitura de São Paulo; e Associação Infantil Pê de Pilão, da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Especialistas em creches debatem hoje com o povo

O 1.º Encontro Nacional de Creches, que reúne experiências de vários Estados brasileiros, levará alguns de seus representantes, hoje, às 20 horas, para um debate com o público na Câmara Municipal, no Salão "Pedroso Horta". Será a única oportunidade de um contato aberto com a população, já que os especialistas, reunidos desde a manhã de ontem na Fundação "Carlos Chagas", organizadora do encontro, permanecerão discutindo suas experiências em debates mais específicos, como responsáveis pela implantação desse tipo de serviço.

A importância do encontro está diretamente ligada à dimensão que o problema de creches tomou no Brasil, nos últimos anos, particularmente depois que experiências comunitárias provaram ser perfeitamente possível que a própria sociedade assuma a responsabilidade sobre as crianças, ao mesmo tempo em que reivindica a atenção dos poderes públicos para uma questão sempre colocada em segundo plano.

É também a partir da avaliação desse encontro que se poderá dimensionar a capacidade de mobilização popular para reivindicar seus direitos mais primários, desde a alimentação para as crianças das regiões mais carentes até a educação, de forma global, como um direito a que todos deveriam ter acesso. Experiências tradicionais, como as desenvolvidas pela Legião Brasileira de Assistência — LBA, por exemplo, serão colocadas na mesa de debates ao lado de iniciativas inovadoras, como a criação de creches em plena área rural, ou implantação de núcleos do tipo cooperativa, que se tornaram perfeitamente viáveis.

Creches conveniadas da Prefeitura, grupos comunitários que organizaram experiências em bairros da periferia, creches de empresas ou de profissionais liberais, até creches ligadas a penitenciárias femininas, permitirão demonstrar, por um lado, a dimensão do problema da educação infantil, desde os primeiros cuidados,

até o desenvolvimento das mais variadas experiências comunitárias decorrentes da mobilização popular.

Um exemplo desse trabalho é o projeto "Creche Pixote", criada por um grupo de mães no bairro do Bel Jardim, na Zona Norte de Osasco, habitado principalmente por migrantes vindos das zonas rurais do País. Com baixo nível de qualificação profissional, esses migrantes, que trabalham na construção civil ou como operários não especializados, ganham baixos salários e vivem em condições precárias. Neste quadro, o trabalho feminino aparece não como opção de integração da mulher na sociedade, mas como alternativa para salvar o orçamento familiar.

Com mais de 30 mil crianças, o próprio bairro tomou a iniciativa de criar um primeiro núcleo de atendimento, com recursos, duramente obtidos às custas da mobilização da comunidade. O grupo que iniciou a experiência havia chegado à conclusão de que, embora este tipo de atendimento fosse da competência dos poderes públicos e o custo de implantação dos serviços escapasse às possibilidades da comunidade local, as mães não podiam mais esperar por uma oportunidade de sair para o trabalho.

Por meio de intensa mobilização conseguiu-se angariar recursos para o aluguel de um local e a criação de uma infraestrutura mínima de apoio para o atendimento inicial de 33 crianças.

Hoje, além da reunião aberta com a população, a programação do encontro inclui discussões de grupos com a participação das seguintes entidades: Linhas Corrente Ltda, Sindicato de Têxteis de São Paulo, Delegacia Regional do Trabalho de Santa Catarina, OMEP (Creche Domicília) de Brasília, Centro de Educação Comunitária Morro Cristo Rei, Manaus, Comissão de Bairros de Belém, Creches Conveniadas da Prefeitura de São Paulo e Associação Infantil Pé de Pilão, da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *FOLHA DA TARDE*Data *23/09/81*Pág. *—*Pasta n.º *—*N.º do recorte *—*

Termina hoje o I Encontro de Creches

A responsabilidade sobre os cuidados das crianças não é apenas dos pais ou dos empregadores, mas da sociedade como um todo, desde o Estado, através de suas instituições, até a comunidade, conscientizada e organizada para reivindicar seus direitos. Estas foram algumas das conclusões dos participantes de vários Estados no segundo dia de trabalho do I Encontro Nacional de Creches, que se encerra hoje.

Empresas, sindicatos e associações de bairros estiveram reunidos nestes três dias, mostrando as dificuldades e os avanços de uma reivindicação que, apesar de garantida pela legislação trabalhista, vinha sendo completamente ignorada, tanto pelas empresas quanto pelos órgãos públicos.

Na manhã de ontem, foram discutidas as experiências da creche da empresa das Linhas Corrente, que, com três fábricas em São Paulo, implantou creches em duas delas. Apenas

uma das fábricas tem 1.100 funcionários, dos quais mil são mulheres, e sua creche é antiga, fundada em 1945. Fornece roupas, lavagem de roupas, alimento e assistência médica. Funciona das 7 às 17h15 e a funcionária com filhos passa sempre a trabalhar no horário de atendimento da creche.

O Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Têxteis de Santa Catarina ainda não tem experiências concretas a nível de criação de creches, mas vem mantendo intensa mobilização para o atendimento desta reivindicação. Um levantamento feito pela delegacia de Trabalho de Santa Catarina concluiu que se os órgãos públicos realmente efetivassem a fiscalização rigorosa da legislação, todas as empresas implantariam creches. Neste levantamento, feito em 1979, constatou-se que, das 50.927 empresas existentes, 593 preenchem os requisitos da le-

gislação para implantação de creches.

Em Brasília, a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, órgão da Secretaria de Serviço Social, criou uma experiência diferente, com os lares substitutos. A experiência foi implantada em Ceilândia, uma cidade-satélite de Brasília que pode ser comparada a uma enorme favela. Em função da baixíssima renda apresentada pelas famílias, a única solução encontrada foi conseguir alimentação de instituições beneficentes, como atualmente a LBA — Legislação Brasileira de Assistência está encarregada de fazer na cidade. Com a alimentação garantida, a fundação criou creches domiciliares.

Foram relatadas ainda as experiências da Comissão de Bairros de Belém, que está organizando a população em torno deste tipo de reivindicação.

Encontro sobre creches mostra o que é feito

CECÍLIA PIRES

A responsabilidade no cuidado com as crianças não é apenas dos pais ou dos empregadores, mas da sociedade como um todo, desde o Estado, através de suas instituições, até a comunidade, conscientizada e organizada para reivindicar seus direitos. Estas foram algumas das conclusões dos participantes de vários Estados no segundo dia de trabalhos do 1.º Encontro Nacional de Creches, que se encerra hoje.

Empresas, sindicatos, associações de bairros estiveram reunidos nestes três dias, mostrando as dificuldades e os avanços de uma reivindicação que, apesar de garantida pela legislação trabalhista, vinha sendo completamente ignorada tanto pelas empresas quanto pelos órgãos públicos.

Na manhã de ontem, foram discutidas as experiências da creche da empresa Linhas Corrente, que, com três fábricas em São Paulo, implantou creches em duas delas. Apenas uma das fábricas tem 1.100 funcionários, dos quais 1.000 são mulheres, e sua creche é antiga, fundada em 1945. Fornece roupas, lavanderia, alimento e assistência médica. Funciona das 7 às 17h15 e a funcionária com filhos passa sempre a trabalhar no horário de atendimento da creche.

FISCALIZAÇÃO

O Sindicato dos Trabalhadores em Indústrias Têxteis de Santa Catarina até recentemente não tinha experiências concretas a nível de criação de creches, mas manteve intensa mobilização para o atendimento desta reivindicação. Disto resultou um importante levantamento, feito pela própria Delegacia de Trabalho de Santa Catarina, cuja principal conclusão é esta: se os órgãos públicos realmente efetivassem a fiscalização rigorosa da legislação, todas as empresas implantariam creches.

Neste levantamento, efetuado em 1979, constatou-se que, das 50.927 empresas existentes, 593 preenchem os requisitos da legislação para implantação de creches. A própria delegacia enviou cópias a todas as empresas conscientizando-as do problema, e da necessidade de cumprimento da legislação. Agora, 196 das 593 empresas criaram creches. Em Florianópolis, apenas 3 empresas cumpriam a legislação em 79. O atendimento com creches, hoje, subiu para 91,8% das empresas, nesta cidade.

Constatou-se, também, nesta pesquisa, que muitas creches tinham capacidade ociosa, embora o número de mulheres empregadas nas empresas revelasse uma demanda muito maior. Descobriu-se que além da criação pura e simples de creches era necessário que estas fossem localizadas próximas ao local de trabalho, ou de moradia, que o transporte das crianças fosse facilitado, e que a própria creche fornecesse roupas e alimentos, sem exigir um exóvulo incompatível com a renda das mães.

DIFERENTE

Em Brasília, a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, órgão da Secretaria de Serviço Social, criou uma experiência diferente, com os lares substitutos. A experiência foi implantada em Ceilândia, uma cidade satélite de Brasília que pode ser comparada a uma enorme favela. Em função da baixíssima renda apresentada pelas famílias, a única solução encontrada foi conseguir alimentação de instituições beneficentes, como da Legislação Brasileira de Assistência (LBA).

Com a alimentação garantida, a Fundação criou creches domiciliares. A crecheira, como é chamada a mulher cadastrada na instituição para tomar conta de crianças, recebe Cr\$ 11.200,00 por cada criança atendida e só cuida no máximo de 6. Atualmente, existem 600 crecheiras na cidade, que cuidam das crianças em suas próprias casas e, no ano passado, estavam sendo atendidas 1.900 crianças.

Foram relatadas ainda as experiências da Comissão de Bairros de Belém (PA), que estão organizando a população em torno deste tipo de reivindicação e, por enquanto, foram orientadas professoras comunitárias que cuidam de crianças de 3 a 7 anos.

Também o administrador Luís Ferreti, do grupo de administradores de creches conveniadas com a cohes, em São Paulo, falou sobre a experiência da Turma da Touca, em Campo Limpo, onde um intenso trabalho de reivindicação aumentou a verba "per capita" fornecida pela instituição, melhorando o atendimento.

Outra experiência que atraiu a curiosidade dos participantes foi a inovação trazida pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre, que criou a Associação Infantil Pé de Pilão. O nome da entidade, inclusive, foi emprestado da obra do poeta e jornalista Mário Quintana, que doou os direitos autorais à associação. Em função das próprias características do público a que atende, formado principalmente por pais de classe média, como jornalistas, médicos, professores, este é o tipo de creche mais democrática apresentado no encontro.

As decisões sobre o tipo de atendimento e orientação dado às crianças são tomadas em assembleias de pais e responsáveis. A creche não tem fins lucrativos e apesar de cobrar de cada criança um pouco mais do que a quantia necessária para seus cuidados, todo lucro é reinvestido dentro da própria creche, para aprimoramento dos serviços. Criada em 1978, a associação conseguiu, por exemplo, reduzir o horário de trabalho dos funcionários, com a contratação de mais empregados, e com os primeiros lucros obtidos daqui por diante irá aumentar os salários.

A própria técnica empregada nos cuidados com as crianças é inovadora. Foi contratado, por exemplo, um recreacionista, para que não houvesse interferência do problema de identificação com uma orientadora, no caso de pais separados. A figura masculina, na creche, entra como ponto de apoio e orientação psicológica no trato das crianças.

Jardim Verônia: cansados de esperar melhorias

Os moradores do Jardim Verônia, em Ermelino Matarazzo, na Zona Leste, estão cansados de reivindicar melhorias para o bairro.

Segundo o presidente da Sociedade Amigos do Jardim Verônia, Otaciano Anselmo e vários moradores, desde 1978 estão sendo encaminhados pedidos de melhorias tanto à Prefeitura Municipal, quanto ao Governo Estadual, inclusive por ocasião de dois Governos de Integração ocorridos nos bairros de São Miguel Paulista e Penha sem que nenhuma solução concreta tenha sido dada.

A grande maioria das ruas do Jardim Verônia é de terra, em péssimas condições e a ação das chuvas provoca a abertura de enormes buracos, que impedem a passagem de veículos com segurança, como também impedem a coleta de lixo pelos caminhões da Prefeitura, o que acaba por transformar os buracos em depósito de lixo. Vários pedidos foram feitos à Administração Regional de São Miguel-Ermelino Matarazzo — ARME através da SAB, para que se passassem máquinas nas ruas para acabar pelo menos com o problema do lixo.

Além do lixo, que fica depositado nas ruas pois não há outra alternativa, outro problema que de acordo com uma moradora vem se tornando insuportável, é o esgoto correndo a céu aberto pelas ruas do Jardim pois, no verão, o cheiro se torna insuportável. Além disso, o esgoto corre em direção a uma favela existente na parte mais baixa do Jardim e ali se joga o lixo que a Prefeitura não recolhe e o esgoto das casas existentes nas partes mais altas.

Outros problemas levantados foram: a falta de um Centro de Saúde, de creches e de escolas que atendam as crianças e jovens do Jardim Verônia; pois para cerca de 6 mil crianças, além dos jovens, existe uma única escola, onde funciona apenas o 1.º Grau, sendo que Parques Infantis e escolas de 2.º Grau, ficam a uma grande distância do Jardim.

Apesar de já terem reivindicado na ARME na Prefeitura — junto ao prefeito Reinaldo Barros e junto ao Governo Estadual, durante dois governos de integração — nada mudou no Jardim Verônia. E como disse a moradora Rosa Maria: "Não temos que pedir nada, exigir, porque somos nós que pagamos".

(Márcia Dutra)

Termina o I Encontro Nacional de Creches

Encerrou-se ontem em São Paulo o I Encontro Nacional de Creches que, em três dias, de debates, reuniu representantes de 33 empresas e entidades oficiais. Os debates foram divididos entre implantação, gestão e funcionamento das creches, incluindo as definições legais e dificuldades operacionais, entre outros pontos. Ao final, foi feito um levantamento de sugestões que deverão ser encaminhadas aos órgãos específicos.

Os vários grupos de trabalho definiram suas posições a partir de abordagens distintas do problema. A equipe liderada por Regina Wagemaker, por exemplo, entende que "a questão sobre se a creche seria a melhor solução para a guarda da criança não tem sentido, em si, mas depende sempre do equacionamento dos proble-

mas concretos enfrentados por determinada população". Assim, para estes participantes, "o problema da creche não pode ser isolado do contexto social mais amplo, que inclui a remuneração da mãe no mercado de trabalho".

Nos debates do grupo, segundo o relatório final, "ficou claro que, em termos de atendimento, para a criança o ideal seria que a mãe pudesse permanecer em sua companhia pelo menos por meio período". O grupo reconhece, no entanto, que "embora a presença da mãe seja importante, houve concordância também quanto aos benefícios que a vida grupal pode trazer para a criança, desde que a creche obedeça a determinados padrões".

Já para o grupo "Refeitório", legislação que regula

o funcionamento de creches é omissa uma vez que faz exigências ideais, não prevê qualquer forma de atendimento a crianças de seis meses a dois anos, adota punições ineficientes em casos de descumprimento legal e, entre outras dificuldades, chega a ser complexa quanto às exigências para legalização da creche.

EXPERIÊNCIA

Experiências interessantes para se resolver problemas profissionais específicos, como o caso dos aeronautas, também foram apresentadas mostrando-se as possibilidades das creches. Ana Vieira, funcionária da Varig, explicou, por exemplo, que na empresa em que trabalha a iniciativa de se criar uma creche surgiu da necessidade de se reparar difi-

culdades como as extensas jornadas de trabalho — quando as mães podem ficar até seis dias separadas dos filhos — elevados custos de creches particulares com pernoite ou mesmo transferência dos problemas para as avós, que substituem as mães para cuidar da criança.

Um dos relatos mais interessantes do encontro foi feito pela pajem Roseli Vicentina. Ela queixou-se de que, normalmente, o número de funcionários nas creches é reduzido e os períodos de trabalho chegam a dez horas diárias. Sem treinamento específico e quase sempre cuidando de um número elevado de crianças, as pajens, segundo Roseii, são ainda obrigadas a se desdobrar nas mais diversas tarefas, como servir ao mesmo tempo de professoras e faxineiras.

Encontro sobre creches termina com sugestões

ULISSES CAPOZOLI

Com o levantamento de sugestões que deverão ser enviadas aos órgãos específicos, terminou ontem em São Paulo o 1.º Encontro Nacional de Creches, que em três dias de debates reuniu representantes de 33 empresas e entidades oficiais.

Os debates foram divididos em implantação, gestão e funcionamento das creches, incluindo as definições legais e dificuldades operacionais, entre outros problemas.

Os vários grupos de trabalho definiram suas posições a partir de abordagens distintas do problema. A equipe liderada por Regina Wagemaker, por exemplo, entende que "a questão sobre se a creche seria a melhor solução para a guarda da criança não tem sentido em si, mas depende sempre do equacionamento dos problemas concretos enfrentados por determinada população". Assim, para estes participantes "o problema da creche não pode ser isolado do contexto social mais amplo, que inclui a remuneração da mãe no mercado de trabalho".

Nos debates do grupo, segundo o relatório final, "ficou claro que o ideal em termos de atendimento à criança seria que a mãe pudesse permanecer com a criança pelo menos por meio período". O grupo reconhece, no entanto, que "embora a presença da mãe seja importante, houve concordância também quanto aos benefícios que a vida grupal pode trazer para a criança, desde que a creche obedeça a determinados padrões".

Já para o grupo "Relatório" a legislação que regula o funcionamento de creches é omissa uma vez que faz exigências ideais, não prevê qualquer forma de atendimento para crianças de 6 meses a 2 anos, adota punições ineficientes em casos de descumprimento legal, e, entre outras dificuldades chega a ser complexa quanto às exigências para legalização da creche.

Experiências interessantes para se resolver problemas profissionais específicos, como no caso dos aeronautas, também foram apresentadas mostrando-se as possibilidades das creches. Ana Vieira, funcionária da Varig, explicou, por exemplo, que na empresa em que trabalha a iniciativa de se criar uma creche surgiu da necessidade de se reparar dificuldades como as extensas jornadas de trabalho — quando as mães podem ficar até seis dias separadas dos filhos — elevados custos de creches particulares com pernoite ou mesmo transferência dos problemas para as avós, que substituem as mães para cuidar da criança.

Um dos relatos mais interessantes do encontro foi feito pela pajem Roseli Vicentina. Ele queixou-se de que normalmente o número de funcionários nas creches é reduzido e os períodos de trabalho chegam a 10 horas diárias. Sem treinamento específico e quase sempre cuidando de um número elevado de crianças, as pajens, segundo Roseli, são obrigadas ainda a se desdobrarem nas mais diversas tarefas como servir ao mesmo tempo de professoras e faxineira.

Segundo Roseli, as mães "não querem que as creches sejam depósitos de crianças, mas para que isto aconteça é preciso que alguém nos ajude a resolver todas estas dificuldades".

Audiência tensa no Ibirapuera

Benedito Cintra apareceu no gabinete de Reinaldo levando moradores

Sob um clima de tensão, após a troca de acusações dos últimos dias, o prefeito Reinaldo de Barros e o vereador Benedito Cintra (PMDB) conversariam ontem, no Ibirapuera. O vereador esteve na Prefeitura acompanhando uma comissão do Movimento Contra a Carestia que foi reivindicar de Reinaldo de Barros o congelamento dos preços das passagens de ônibus, passe livre para os desempregados e meia passagem para quem ganha até três salários mínimos.

O encontro chegou a causar apreensão às pessoas que estavam na sala de audiências, mas Reinaldo recebeu cordialmente o vereador. Segunda-feira, o prefeito havia afirmado que políticos estavam subvertendo a ordem e organizando o movimento de invasão de terras, como no recente caso da fazenda Itupu, do Iapá, e depois citou Benedito Cintra como envolvido na ocupação de um terreno particular e em furto de armas, conforme um boletim de ocorrência do 47.º DP. Como resposta, terça-feira, o vereador ameaçou interpelar judicialmente o prefeito.



O prefeita atendeu cordialmente o vereador, diminuindo a tensão na sala.

SEM COMENTÁRIOS

A sala estava lotada, como acontece às quartas-feiras, dia de atendimento de vereadores. Após o silêncio inicial, as reivindicações do movimento foram apresentadas ao prefeito por Benedito Cintra, mas em nenhum momento ambos tocaram no assunto invasão de terras.

Ao final da audiência, Reinaldo de Barros foi questionado por alguns jornalistas, enquanto Benedito Cintra ainda se encontrava no salão de audiências. "Acho que não só pode como deve", comentou o prefeito, sobre a intenção do vereador de interpellá-lo na Justiça. Depois, negou-se a novos comentários.

O vereador Benedito Cintra, a um canto do salão, reafirmava sua disposição de fazer a interpellação e dizia que não via nada de anormal em estar na Prefeitura. "As coisas não se misturam. Sempre que o povo tiver que fazer alguma reivindicação, estarei aqui." Com relação ao resultado da interpellação, a ser feita com base na Lei de Imprensa, afirmou que se realmente o prefeito o acusou de "subversivo" deverá tomar outras medidas.

SOLUÇÃO DIFÍCIL

Com relação às reivindicações do Movimento Contra a Carestia, Reinaldo de Barros afirmou que o congelamento do preço das passagens "é difícil. A não ser que não sejam aumentados os salários dos motoristas e cobradores e o preço do combustível. Isso seria certo?"

"Seria só por um ano", respondeu uma integrante do movimento. Ela sugeriu um congelamento geral de todos os preços como forma de solucionar os problemas dos trabalhadores, mas o prefeito lembrou que a medida fugia à alçada municipal.

Reinaldo de Barros afirmou que todas as sugestões levadas à Prefeitura são estudadas e que o passe-operário era uma ótima idéia. "O próprio Ministério aprovou", disse ele. Informou que essa alternativa já está em estudos. A empresa compraria os passes, pelo preço total, e os venderia ao empregado pela metade do preço. O prejuízo seria lançado nas despesas contábeis ou descarregado nas declarações de imposto de renda.

Vereadores trocam acusações na Câmara

A bancada do PDS na Câmara Municipal atacou ontem violentamente o vereador Benedito Cintra (PMDB), acusando-o de "subversivo e mentiroso" por pretender interpellar judicialmente o prefeito Reinaldo de Barros. Para Davi Roysen, líder da bancada governista, Cintra já deveria ter sido indiciado várias vezes na Lei de Segurança Nacional, "e só não foi devido à abertura e à complacência dos responsáveis pela segurança nacional".

Nailor de Oliveira (PDS) leu da tribuna o boletim de ocorrência registrado no 47.º DP, no qual Cintra figura como invasor de propriedades e ladrão de armas. Para Oliveira, Benedito Cintra mentiu ao dizer que o fato já era de conhecimento público. "pois o boletim tem a data de 11 de setembro e não se refere ao episódio da invasão da fazenda Itupu, mas a acontecimentos mais recentes".

Aos gritos, Francisco Gimenes (PMDB) acusou Nailor de Oliveira de "agente do Deops, representante do delegado Romeu Tuma na Câmara Municipal". Oliveira respondeu dizendo que, de fato, possui "muitos amigos na polícia paulista" e acrescentou: "Eu respeito a polícia e as autoridades constituídas e não me confundo com o PMDB, que não respeita ninguém e só quer fazer baderna".

Para Gimenes, o boletim foi "montado e preparado" com o objetivo de incriminar Benedito Cintra: "Os fatos a que ele se refere ocorreram no dia 4 e o boletim foi lavrado apenas no dia 11. Logo o diretor do Deops se apressou em levá-lo ao prefeito Reinaldo de Barros, que fez as insinuações descabidas publicadas pela imprensa." A intenção do prefeito, concluiu Gimenes, "é atacar a Câmara Municipal como um todo e não apenas o vereador Cintra".

CABO ELEITORAL

Davi Roysen voltou a criticar Reinaldo de Barros, dizendo que o prefeito "resolveu se transformar em cabo eleitoral do vereador Benedito Cintra". Para Roysen, Reinaldo de Barros não pretende atacar a Câmara Municipal, "ele apenas entende que Benedito Cintra trabalha muito e resolveu ajudá-lo a se reeleger, com magnífica votação".

Embora nem todos vereadores do PDS tenham se expressado com a clareza de Davi Roysen, a bancada governista está realmente irritada com o prefeito Reinaldo de Barros. Os vereadores do PDS se referiram, por diversas vezes, à "inabilidade e à ingenuidade" de Reinaldo de Barros que, segundo eles, está promovendo Benedito Cintra, ao invés de ajudá-los.

O Deops vai convocar políticos para depor

O Deops pretende ouvir o deputado federal Aurélio Peres, o deputado estadual Irma Passoni e o vereador Benedito Cintra na investigação que realiza sobre a invasão da fazenda Itupu do Iapá, ocorrida no começo do mês em Santo Amaro. Também será ouvida uma mulher, identificada como Maria Saraiva, que no dia da invasão teria dado ordens aos posseiros com um megafone.

Há uma outra relação de pessoas que serão intimadas. Ela não foi divulgada ainda porque o Deops não concluiu o levantamento dos nomes das numerosas pessoas que estão sendo identificadas através de fotografias tiradas nas audiências na Prefeitura e em passeatas de protesto.

O Inquérito da invasão da fazenda Itupu está sendo presidido pelo delegado Roberto Bayerlin, da Divisão de Ordem Social.

Lei de áreas metropolitanas é criticada

"Sem a participação popular, a administração metropolitana estará fadada ao fracasso", afirmou ontem o ex-presidente da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo (Emplasa), Eurico Andrade Azevedo, ao fazer uma análise das falhas da lei federal que regulamenta o assunto.

Em sua palestra "Aspectos Institucional e Administrativo da Autoridade Metropolitana no Brasil", apresentada durante o 2.º Congresso Mackenzie-São Paulo, Andrade Azevedo apontou como a principal falha contida na lei federal complementar número 14, de 1974, que regula os governos metropolitanos, a total ausência de representação popular nas diretrizes a serem tomadas no planejamento das regiões metropolitanas.

"Ao contrário do que ocorre na França, onde a região metropolitana de Paris tem um conselho composto por vereadores, deputados e representantes do prefeito, ou então em Toronto, no Canadá, onde um vereador, ao ser eleito, já é indicado para fazer parte do conselho metropolitano, aqui no Brasil muitas vezes nem os prefeitos participam das reuniões, enviando simplesmente um representante", disse.

Outro aspecto que "gera menor índice de eficiência no planejamento metropolitano", segundo disse, é que todas as regiões metropolitanas do País são tratadas de uma única forma, "como se fosse uma lei tamanho único para atender regiões com diferentes tipos de problemas". Como exemplo, comparou a Grande São Paulo, com uma população estimada em 12 milhões de habitantes espalhados pelos 37 municípios, à região metropolitana de Belém do Pará, com apenas dois municípios e 1,2 milhão de habitantes.

FALTA DE RECURSOS

A falta de previsão de recursos financeiros nas regiões metropolitanas também foi um ponto da legislação criticado por Andrade Azevedo. Segundo ele, o governo federal decidiu criar as chamadas regiões metropolitanas, sem, no entanto, se preocupar com o aspecto de destinação de recursos. "E nenhum planejamento, metropolitano ou não, pode ter solução se não tiver recursos financeiros suficientes para dar andamento aos serviços."

Esses problemas, aliados à falta de coordenação na execução de serviços nas regiões metropolitanas, fazem com que muitos dos programas planejados não passem para a fase de realização, afirmou. Ele explicou essa falta de coordenação citando como exemplo a total ausência de entrosamento entre os órgãos setoriais: "Quando o BNH pretende construir um núcleo habitacional, a administração metropolitana deveria ser a primeira a ser consultada para, pelo menos, indicar áreas de maior densidade populacional que estejam carentes de recursos habitacionais. Mas não é o que vem acontecendo."

Participaram do encontro, como debatedores, o professor Celso Antônio Bandeira de Melo, da PUC; o atual presidente da Emplasa, Marcel Protesco; e os prefeitos de Osasco, Guacu Piteri, e de Ribeirão Preto, Luis Carlos Greco.

PDS e PDT divergem no planejamento

Com o PDT defendendo um planejamento urbano "popular e socialista" e com o PDS apontando o caminho das "reformas e transformações a longo prazo", prosseguiu ontem à noite, na Câmara Municipal, o ciclo de debates "Política Urbana e Partidos Políticos", promovido pelo Instituto Brasileiro de Planejamento.

Oriundo Miranda, sociólogo e professor da USP, membro da executiva regional do PDT, disse não considerar o planejamento urbano "como uma racionalidade aplicada a um problema específico. Pelo contrário, existem as forças sociais defendendo interesses contraditórios, que se expressem no plano político". Com base nessa argumentação, Miranda disse ser mais correto falar numa "política do planejamento", ao invés de "Planejamento Metropolitano".

Ele defendeu a adoção de uma reforma agrária que vise a evitar a migração para os grandes centros urbanos, mas considerou a medida um paliativo: "Não podemos esquecer de que a implantação da CLT no campo, que foi uma política progressista, provocou o surgimento dos 'bóias-frias'. É necessário atacar o problema de frente, reconhecendo que só uma transformação estrutural da sociedade brasileira pode solucionar os problemas da poluição, dos transportes coletivos e da habitação popular nas metrópoles."

Ao nível das propostas imediatas do PDT para a resolução desses problemas, Oriundo Miranda colocou que seu partido considera urgente a modificação da lei que rege o zoneamento em São Paulo. "A lei em vigor é elitista, pois visa a evitar a deterioração de alguns bairros, principalmente os Jardins, enquanto marginaliza os operários na periferia, fazendo com que eles gastem boa parte do salário no transporte para o local de trabalho", afirmou.

O deputado estadual Váiter Auada, secretário-geral do PDS em São Paulo, defendeu a elaboração de um programa de desenvolvimento integrado que tenha como objetivo, a longo prazo, a solução dos problemas urbanos. "Temos que ser realistas — disse ele — nunca se planejou nada neste País, e hoje vivemos uma situação caótica nas metrópoles que não pode ser equacionada da noite para o dia."

Para Auada, de nada adianta "fazer grandes discursos teóricos, muito bonitos mas ineficientes, ou então se cair no empirismo de se querer colocar mais ônibus na Lapa a qualquer custo". É preciso um meio termo, disse ele, "representado pela adoção de um plano de longo prazo que possibilite a melhoria paulatina das condições de vida nas grandes cidades brasileiras".

O deputado governista também se colocou contra a reforma agrária, dizendo que só a participação popular poderá garantir a solução dos problemas urbanos. "E esta participação se dará no próximo ano, quando os eleitores escolherão os programas que melhor apresentem as alternativas de desenvolvimento econômico e progresso social", concluiu.

Opção política e a pressa de organizar

IREDE CARDOSO

Um dos direitos que as mulheres conscientes defendem com muita intensidade é o de escolher livremente seu caminho político. E como já esclarecemos, para nós mesmos, que não há segundo em nossa vida em que não estejamos, em pensamento ou ação, fazendo uma opção política, vamos avançar mais um pouco nessas considerações. A verdade é que as eleições estão sendo acenadas como possíveis, em nosso País. Torcemos pela democracia e sonhamos com a crescente consciência política da mulher. Mas a hora é de optar. Vários grupos feministas, reunidos para esse tipo de discussão, especialmente os que historicamente se constituíram mais cedo nos últimos nove anos, estão refletindo ainda sobre esse problema. É certo que já poderíamos ter realizado uma porção de coisas, com os apoios com os quais contamos: políticos não faltam que dêem força; não nos faltam espaços para debater as questões, seja na imprensa, seja em nossas reuniões. Mas o que é fundamental entender é que, se as mulheres pretendem mesmo seguir uma linha democrática em seu trabalho, elas devem evitar esse erro cruel que, em nosso País e no mundo, vem se repetindo lamentavelmente, que é o de fazer tudo de cima para baixo.

É preciso não ter pressa alguma, embora seja necessário não parar de lutar nunca. Mas é mais do que necessário não ter pressa para se criar entidades de mulheres, num momento em que não há consciência e organização suficientes para levar a bom termo um trabalho de fato democrático. É evidente que não poderemos esperar toda a vida para chegar ao momento em que poderemos dizer: estamos amadurecidas. Esse momento chegará e nós saberemos que ele chegou. Estou me referindo, especificamente, ao movimento desencadeado pelo mesmo grupo ligado ao jornal "Horado Povo", que já marcou uma concentração no próximo dia 4, das 8 às 20 horas, no Ginásio da Portuguesa, em São Paulo. Suas militantes querem, já, criar uma Federação de Mulheres Paulistas. Que mulheres paulistas são essas, não sabemos. Mas garantimos que não estamos ao lado desse grupo, e algumas das razões estão lá em cima assinaladas. Mas há ainda várias outras razões: esse grupo é o mesmo que tentou dar "um golpe" (as mulheres, por mais triste que isso possa parecer, também são capazes disso) na Coordenação do 3.º Encontro da Mulher Paulista. Até hoje, "elas" se autodenominam "coordenação do 3.º Encontro", sem que tenham realizado o 1.º ou o 2.º. Elas são as mesmas que chamaram as feministas de "grã-finas desenturmadas" e acusaram (se é que se pode acusar de tal coisa), a Coordenação (a única e verdadeira) de estar cheia de homossexuais. Como se ser homossexual fosse um crime que deva ser punido pela sociedade, com banimento e prisão. Lembro-me sempre que isso ocorria e ocorre em países absolutamente ditatoriais. Já aconteceu na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. Não preciso dizer mais onde, atualmente, ocorre o mesmo. Nós temos defendido, aqui, o direito de todos, inclusive o das chamadas "minorias", e sempre dizemos por quê. Fosse por essas

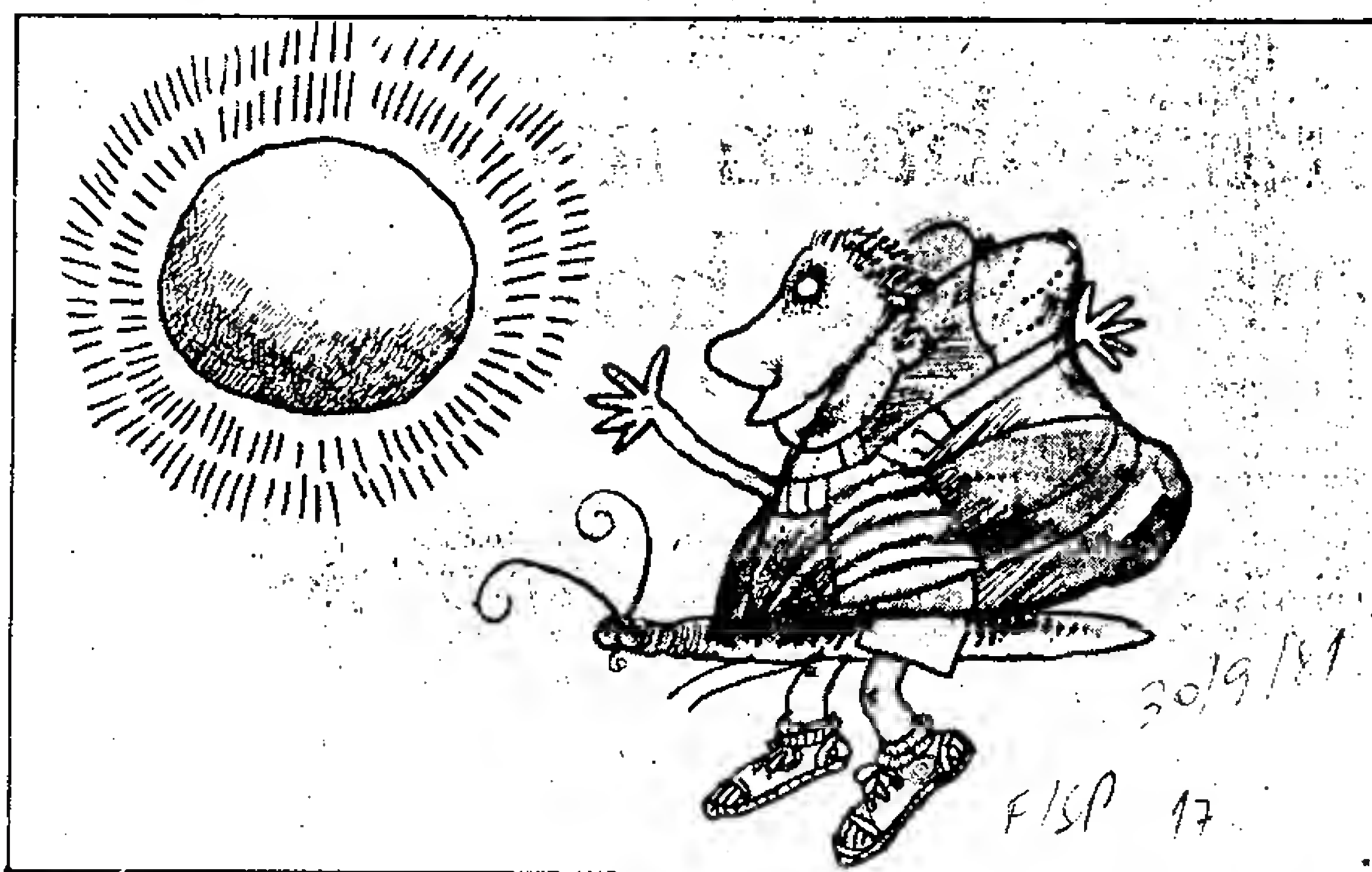


peças intolerantes, jamais ouviríamos Tchekowski (que me perdoem os que dele não gostam) ou leríamos Oscar Wilde, para falar de alguns homossexuais. E, imbecilmente, estaríamos afirmando que, para se ser humano, seria fundamental a heterossexualidade, deixando de lado o valor da fraternidade. As Igrejas foram queimadas por Hitler.

Além disso, como apoiar um grupo que mentiu, afirmando ser representante de várias entidades e partidos que vieram, em seguida, desmentir essa ligação? É claro que não devemos ser intolerantes, da mesma forma que esse grupo. Por isso, uma autocritica pública nunca faria mal a ninguém. Mas, se essa autocritica não é conhecida, podemos supor com certeza, que tudo caminha no mesmo rumo do autoritarismo que se incrusta em corações e mentes. Como ter alguma ligação com esses tipos de neuroses? Queremos que estejam distantes.

Mas, quem diria, elas conseguiram apoio até de mulheres da Comissão Justiça e Paz, de Terezinha Zerbini, de Ivete Vargas. Pelo menos é o que podemos depreender do jornal a nós enviado. Pois bem: o destino político é traçado pelas pessoas. Se as mulheres brasileiras merecem esse tipo de Federação, elas a terão, evidentemente. Mas também deve ficar claro que tal fato não vai ocorrer com nossa convicção. O jornal "Mulher Paulista" que me chega às mãos enviado por Márcia Campos, uma das criadoras do "Órgão da Comissão Pró-Federação das Mulheres Paulistas", deixou-me curiosa. Por que é que, de repente, as que açulam preconceitos, inventam mentiras, agredem e são, portanto, autoritárias, são justamente as que se julgam com o direito de criar órgãos representativos de mulheres? Será que só a direita sabe ter poder e, a qualquer preço, manter-se nele?

A resposta é simples: só um poder único e verdadeiro ficará: aquele que nasce do consenso e não queira manipular para impor suas (pretensas) verdades. O princípio ainda não chegou ao povo.



Crianças esperam que surjam mães adotivas

JANE SOARES

"Procuram-se mães". Este é o tipo de anúncio que as dirigentes das Aldeias Infantis SOS gostariam de ver estampado em todos os locais. Somente a falta de mães está impedindo que mais crianças órfãs ou abandonadas sejam atendidas, no momento em que se está implantando a 3.ª Aldeia SOS de São Paulo, em Rio Bonito. Para orientar e preparar as candidatas, a Associação Kinderdorf Internacional criou, em São Paulo, um Centro de Treinamento, onde todas receberão noções básicas de como cuidar das crianças e, a seguir, serão encaminhadas para um estágio prático nas aldeias em funcionamento.

"Para quem tem desejo de praticar o bem, está sensível e preocupada com os problemas dos menores abandonados, gostaria de ajudá-los, mas não tem condições financeiras de arcar com estas responsabilidades, não existe oportunidade melhor que esta", disse Karen Essle, a vice-presidente da Aldeia de Rio Bonito.

Neste trabalho, o amor é fundamental. Toda criança precisa de carinho, orientação, segurança e — por que não? — até umas palmadas nas horas certas. Estas necessidades são mais acentuadas nos menores que perderam os pais ou foram abandonados. Para satisfazê-las, a mãe é a figura central. Foi na tentativa de dar um lar para estas crianças, que foram criadas as primeiras Aldeias SOS, na Áustria, em 1949, por Hermann Gmeiner, quando toda a Europa se ressentia dos traumas da pós-guerra. Hoje elas espalham-se por todo o mundo e no Brasil 11 estão em funcionamento ou em fase de implantação.

Mas onde encontrar mulheres com disposição de dedicar sua vida a crianças, sem distinção de sexo ou de cor? "Se existem menores carentes, também há muita mulher carente", diz Karen Essle. "Basta encontrá-

las e dar-lhes um lar", completa. Porque se as crianças vão "ganhar" uma mãe, a mulher vai ganhar uma família. Cada "mãe SOS" cuida de "sua" casa e de "seus" filhos — que vão chegando, até completar o número máximo de nove. E ainda ganha um ordenado — que varia de um a dois salários mínimos, com todos os direitos trabalhistas assegurados.

CONDIÇÕES

Para candidatar-se à função de "mãe SOS", a mulher deve ser solteira, ou viúva, sem filhos menores, ter de 25 a 40 anos, gostar de atividades domésticas, ter boa saúde, ser sensata, possuir boa comunicação e estabilidade no trabalho, ser emocionalmente equilibrada e alfabetizada. É evidente, amar as crianças. Depois de uma entrevista com a assistente social, Judeci Santiago Silva, e submetida a teste de personalidade, a candidata deverá receber noções básicas de higiene, puericultura, desenvolvimento e psicologia da criança, primeiros socorros, alimentação, economia doméstica, trabalhos manuais. A seguir, fará um estágio prático em uma das aldeias, auxiliando uma "mãe", onde será feita a sua avaliação final.

Este treinamento deve durar de três a cinco meses e a candidata receberá, neste período, o pagamento de dois terços do salário mínimo, podendo, inclusive, morar no próprio Centro. O curso será iniciado quando se formar um grupo de 12 mães — 4 já foram selecionadas. Para montar este programa, a Kinderdorf Internacional mandou para o Brasil a orientadora Ursula Messner, que já desenvolveu este trabalho em Alexandria e no Cairo, no Egito.

Tanta preocupação pode ser resumida numa só frase: "Com estas crianças não se pode mais errar." Por isto é fundamental que a "mãe" seja muito bem escolhida, esteja certa de sua opção, antes de se mudar para uma das casas da aldeia, onde passará a residir, com seus

"filhos", de preferência até que eles atinjam a maioridade.

ESQUEMA

Cada aldeia é formada por um conjunto de 12 a 20 casas, totalmente equipadas. Cada "mãe" recebe uma quantia mensal de entidade com a qual deverá manter a casa e as crianças, dirigindo-a de forma autônoma, tomando suas próprias decisões. Em casos de necessidade, pode recorrer ao dirigente da aldeia — que representa a figura do pai, devendo, segundo a filosofia da instituição, ser casado, ter filhos e morar na comunidade —, à assistente social ou à psicóloga. No mais, cabe a ela todo o trabalho de educar e orientar seus filhos, vindos da Febem ou do Juizado de Menores, formando pequenas famílias.

"No último fim de semana, recebi um telefonema de uma amiga, informando que os pais de seis crianças da favela Monte Azul morreram e que elas não têm para onde ir, nem outros parentes que possam recebê-las", disse Karen Essle. "Em uma das nossas aldeias, elas poderiam ficar juntas, mas como fazer, se não temos mães?"

Na aldeia de São Bernardo, são atendidas 73 crianças, enquanto em Poá outras 75 moram com suas "famílias", enquanto 45 adolescentes residem na Casa da Juventude, onde trabalham quando atingem 16 anos, sem perder, no entanto, o vínculo com a família adotiva. Mas as aldeias necessitam de tudo o que puder ser doado pela comunidade. Desde móveis, para equipar o Centro de Treinamento e as casas das aldeias, até alimentos. Tudo se aproveita.

Para ajudar na manutenção da entidade, também são vendidos cartões de Natal, ao preço de 25 cruzeiros, com envelopes. Os artistas, por sua vez, podem doar fotos para estes cartões, ou desenhos. Quem quiser se candidatar, pode procurar Judeci Silva, na rua Padre José de Anchieta, 772, fundos, Santo Amaro.

no 27. Jul/Set. 1981 Jond. O Speech da Varig
mizéin

A creche ainda é, apenas, um sonho mas a necessidade é real

O projeto/Creche da ACVAR continua em andamento, como determinam os Estatutos Sociais. No entanto, tem havido alguma dificuldade no entendimento entre a Coordenadora do Projeto, Comissária Ana Vieira e o Presidente da ACVAR, Comissário Maurício Leal, que se ressentem de informações detalhadas sobre o desenvolvimento dos trabalhos e não deseja transmitir ao grupo notícias sobre assuntos que não domina satisfatoriamente.

Esta é a razão pela qual esta edição de "O Speech" não contém, como desejávamos, uma ampla matéria sobre a creche. Esperamos que as dificuldades sejam convenientemente superadas, para voltar ao assunto com o destaque adequado, evitando, por outro lado, radicalizar posições em matéria de tamanha importância e de tanto interesse para o grupo. Não queremos que o trabalho até agora desenvolvido seja comprometido em virtude de choques de temperamento que o tempo e a reflexão podem, perfeitamente, ajustar.



Os elementos de composição desta fotografia possuem um rico simbolismo: a criança sugere futuro; os balões coloridos simbolizam ilusão... sonho; a mulher — gestante — encarna a proteção maternal; o grande espaço aberto de terreno, com marcas de motoniveladoras impressas no solo, representa o anseio de construir. A criança necessita de proteção, assistência, educação, lazer, amor, aconchego: creche! A Mulher — mãe trabalhadora, comissária de voo da Varig — precisa, para seus filhos, de uma organização em que possa confiar plenamente, que seja, também, um tanto sua, enquanto se dedica desveladamente ao serviço da empresa que é fonte dos recursos de subsistência de seus filhos. O sonho é ver construída, ali — naqueles treze mil metros quadrados, ao lado do seu ponto de partida para as rotas do trabalho — uma creche sua e de suas colegas, onde cada uma cuidará, amorosamente, dos filhos da colega ausente: um reduto do amor materno: creche! Sem o sonho, a humanidade jamais teria alcançado uma só de suas esplêndidas realidades. Deixai-a, pois, sonhar... para que seu sonho se concretize. Quem será capaz de furar o balão colorido desse sonho abençoado?... O próprio nome "Ninho" também contém, em si, um rico simbolismo. Ele sugere proteção, aconchego, carinho, amor materno... creche!

Jornal: O Speech (27)

Data: 10/81

Pág. 1

Pasta n.º

N.º do recorte

PROGRAMAÇÃO

A programação da SEMANA ECUMÊNICA DO MENOR obedeceu a vários critérios fundamentais.

Ela, em princípio, quis ser um encontro sobre a realidade do menor, em que se confrontasse a comunidade e a educação dos menores.

Pretendeu despertar e mobilizar os participantes para que buscassem propostas alternativas no atendimento ao menor.

Igualmente, pretendeu propiciar um aprofundamento crítico, a sistematização e a avaliação das experiências realizadas.

E, por fim, aprofundar temas ligados ao menor, em vista de uma sensibilização e mobilização popular.

A questão de como chegar a isso, não foi posta de lado. Como chegar ao pretendido esteve enfocado através da apresentação de experiências significativas; da análise do levantamento da realidade em que vive o menor em nossa cidade; do estudo de temas e da reflexão teórico-prática.

A finalidade esteve bem expressa. A "semana" se realizaria pra que se modificasse e ampliasse a visão do mundo, frente à problemática do menor e fossem revistos os conceitos de menor abandonado, carente e infrator.

Para que, também, da "semana" em diante, houvesse aprofundamento, conversão, e uma nova atitude social, política e educacional, frente ao menor.

Para que a população fosse esclarecida sobre a verdadeira posição a assumir face ao menor.

Para que o menor passe a ser assumido e que possa, então, encontrar seu lugar como pessoa e membro das comunidades.

Para que, enfim, o menor, após a "semana", fosse acolhido como sinal do Reino de Deus.

A "semana" teria claro seus destinatários: pessoas comprometidas no trabalho com menores; pessoas interessadas nesse compromisso; especialistas em assunto relacionados com o menor (pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, advogados, sociólogos, teólogos, antropólogos, médicos, nutricionistas, administradores, jornalistas...); os próprios menores e suas famílias.

Local escolhido e cedido com carinho pela direção: Colégio Cristo-Rei, na Vila Mariana.

O tema central estaria dividido em sub-temas que o completariam e aprofundariam: a comunidade e a educação dos menores.

Os sub-temas, um para cada dia, de 9 a 13 de novembro, foram por si:
dia 09 - quem abandonou o menor?
dia 10 - Menor carente ou menor oprimido?

dia 11 - Por que o menor agride a sociedade?

dia 12 - Quem marginaliza as meninas?

dia 13 - Um trabalho para o menor?

Mais, à tarde, apresentação de experiências existentes. À noite, debate com especialistas no assunto.

O dia 14, com finalidade de elaborar conclusões e, o encerramento, dia 15.

A publicação deste boletim tem a finalidade de divulgar, em pormenores, a SEMANA ECUMÊNICA DO MENOR, realizada, em S. Paulo, de 8 a 15 de novembro de 1981.

QUEM ABANDONOU O MENOR?

Os grupos reunidos na manhã do dia 9, responderam à questão com muita propriedade.

1. Quem abandonou o menor foi o sistema sócio-econômico-político da sociedade.

Porque esse sistema acarreta má distribuição de renda, uma minoria privilegiada contra uma maioria oprimida.

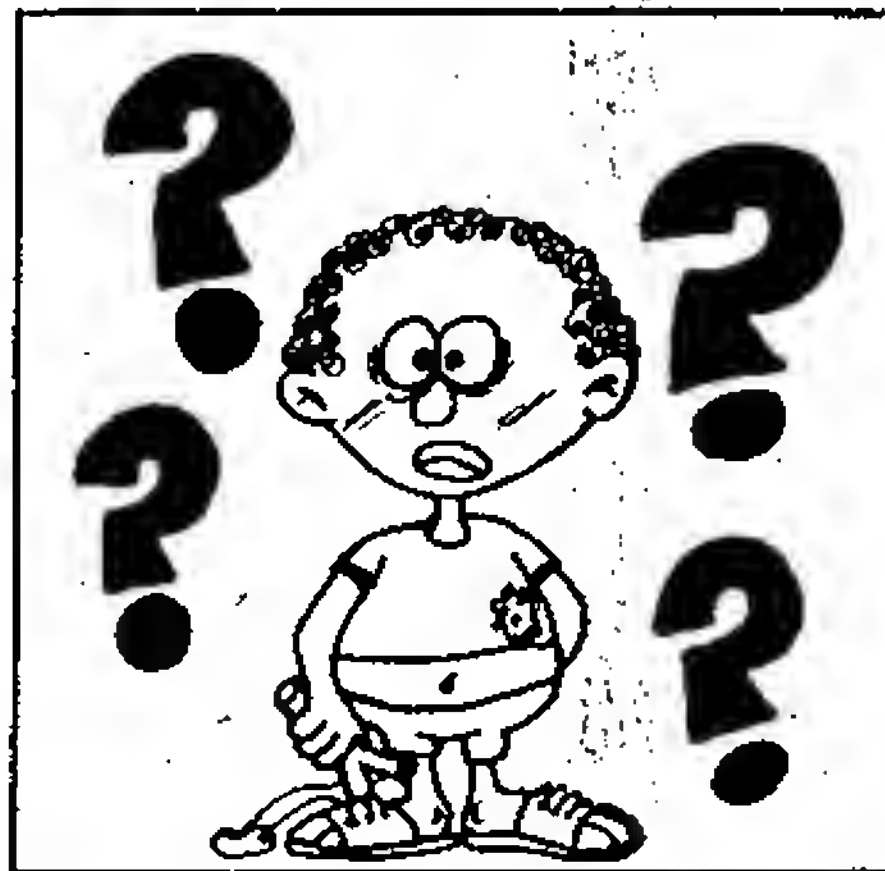
Além disso, uma inversão de valores com o progresso, a técnica e o lucro acima da pessoa humana.

2. A sociedade como um todo tem parte no abandono do menor.

Agrava-se a situação, porque a sociedade não fora pode, desculpar-se de não consciente, mas é omissa. Por sobre ser omissa, a sociedade rotula a criança de Instituição como criança-problema. Ainda a sociedade é culpada, porque não apresenta infraestrutura para o atendimento ao menor.

3. O menor foi abandonado também por nós, como integrantes dessa sociedade.

Neste ponto entram: a falta de responsabilidade individual e coletiva,



falta de consciência ativa, descrença na força da união. Acresce a isso, o uso de ações inadequadas que mais oprimem o menor em vez de libertá-lo. E a incrível passividade e convicção perante a atual conjuntura sócio-econômica e política do país.

4. Na base de tudo, talvez a falta de sentido profundo do verdadeiro valor do menor como pessoa humana.

5. A família contribui para o abandono do menor.

Para isso, concorrem: falta de preparação dos pais e o comodismo deles. A falta de amor é fundamental.

A desagregação familiar como consequência de carências ou de problemas morais.

A sociedade injusta abandona a família do menor.

6. Questões de educação.

A falta de escolas é gritante, agravada pela inadequação das escolas existentes e pela ineficiência da distribuição de verbas para a educação.

7. A própria Igreja tem sua parte nisso.

Especialmente culpada, é a Igreja pelos trabalhos, embora generosos, mas isolados. E a falta de catequese ou, catequeses inadequadas.

8. Finalmente, as Instituições.

Estas pecam pelas deficiências em Instituições que assumem supletivamente o menor: Ministério de Previdência e Assistência Social, FUNABEM, IBA e FEBEMs.

Somando-se a isso a aplicação inadequada das verbas.

O QUE FAZER?

que acolham e se comprometam com o trabalho do menor.

Redescobrir a capacidade de penetração e força da Igreja, na recuperação dos valores da pessoa.

Cumprirmos, como Igreja, o papel de ser o elemento intranquilizador da sociedade, sobretudo a partir de uma práxis.

Conscientizar a Igreja para se unir num trabalho de âmbito maior.

Consultar a família do menor, na busca de soluções e alternativas no sentido de criar-lhes condições de

serem agentes da pastoral do menor.

Unir as Igrejas num compromisso, ativo e crítico, para com os pobres.

Promover, nas comunidades, uma liderança pastoral que permita e favoreça a comunhão e a participação.

Conscientizarmo-nos da importância da auto-análise de nossa ação junto ao menor para um diagnóstico objetivo da mesma e que favoreça um possível arrendimento libertador.

Superar a idéia de que a miséria é vontade de Deus.

O QUE SE FAZ



criança que, deixada a si mesmo, seria talvez um marginal a mais.

Estavam também presentes representantes do imenso e desgastante trabalho em instituições de internato onde se faz um grande esforço de adaptação das estruturas pesadas e tradicionais a um ambiente de família, e à crescente participação do menor (da menor) na vida da comunidade. Igualmente foi testemunhado o esforço de "devolver" ao próprio meio as crianças que têm família, a fim de que cresçam num ambiente normal e natural.

O menor abandonado também está na rua, onde tenta sobreviver, pelo seu trabalho e vivendo em grupos. É com esses grupos de menores que trabalham a O.A.F. e o grupo de menores de Osasco, que pretendem propiciar a eles uma experiência de solidariedade e ajuda mútua.

Os meninos e meninas que trabalham nos cruzamentos de ruas da cidade já formaram o "Grupo do Farol" e já têm até um jornalzinho onde comunicam suas dificuldades e suas conquistas comuns.

Adoção, pensionatos, casas-lar, instituições, grupos de rua, todos são respostas possíveis, frente a tão grande problema que requer uma resposta conjunta e eficaz que torne nossa sociedade cada vez mais consciente de seu papel de acolher e respeitar a vida.

Os círculos também se detinham, após a verificação dos fatos, na procura de o que se pode fazer, como Igreja, a nível de causa e de efeitos. As sugestões parecem que são em maior número que as causas encontradas. Ainda bem.

Procurar conscientizar a sociedade para o problema do menor, a nível de pessoas.

Descobrir uma diretriz unificada para o tratamento da problemática do menor, que evite a institucionalização e conscientize a família.

Mobilizar as comunidades para

A tarde foram apresentadas experiências ligadas ao chamado "menor abandonado", isto é, quais respostas vêm sendo dadas para minorar a situação de tantos menores que experimentam a amarga situação de se verem sem família, sem lar e sem ponto de referência. A pergunta era "até que ponto estas experiências vão se tornando transformadoras da sociedade que abandona crianças, que rejeita a própria vida?"

Inicialmente, dois casos relataram dentro de sua vivência como pais adotivos, a transformação que ocorreu em suas famílias e nas crianças adotadas. Também uma jovem de 20 anos expôs, a partir de sua experiência de adotada, o que significou para ela ser recebida por uma família, com amor e dedicação. E comoveu a todos ao testemunhar, com um abraço a seus pais adotivos presentes, o seu reconhecimento.

A seguir foram apresentadas experiências de Lares ou Casas para menores.

Um jovem de 25 anos, Bernardo, apresentou a experiência da "Casa do Garoto". Uma casa-lar para menores egressos de instituição, que é mantida pelos próprios menores com a retaguarda de um grupo da Paróquia do Verbo Divino-Santo Amaro.

O Revmo. Silas Antunes colocou a experiência dos pensionatos que vêm

funcionando para os jovens egressos da FEBEM-SP, e que encontram dificuldade de subsistência com os salários recebidos.

Outras experiências explanadas foram:

- As aldeias S.O.S., que funcionam em diversos países, recebendo crianças órfãs e abandonadas, em pequenas casas-lar, sob os cuidados de uma mãe, com 9 crianças. Do mesmo modo, a Associação Maria Helena Drexell mantém lares com pequenos grupos de meninos, com um casal encarregado. O objetivo da Associação, é romper o círculo da marginalização, dando ao menor abandonado uma condição que possibilite elevar o nível de vida desta

ASSEMBLÉIA INTRANQUILIZA

O Prof. Paulo Freire iniciou dizendo que sua presença na Semana Eumênica do Menor significa seu veemente protesto e sua justa indignação frente à situação em que vive o menor.

Relatou sua experiência de fome, quando criança, e seu compromisso de continuar lutando para que outros Paulos não passem pela mesma situação. Não morreu nele o menino de outrora. Por isso se indigna.

Disso vem uma séria questão. Estamos sendo ou não Cristãos? Ninguém é Cristão. Fazemos força para ser cristãos e nunca encontraremos razão para desistirmos de fazer essa força.

O papel da Igreja, a tentativa da Igreja de se constituir em algo intranquilizador é certo. Al está a Igreja de Cristo. "A conotação da Igreja profética é que ela faz páscoa e não só fala dela. A Igreja faz a caminhada, a travessia. Não tem medo de morrer, porque é a única maneira de viver. Não tem medo de anunciar e denunciar. A Igreja que intranquiliza a sociedade, anuncia a possibilidade de futuro para os explorados".

Igreja que empurra para o amanhã, vivendo intensamente o hoje, é a Igreja da Esperança.

A Igreja profética é de ressurreição, é a Igreja que enfrenta riscos. A Igreja é de compromissos, por isso faz política. "Ela era Universal, agora é particular. Que coisa maravilhosa! Necessariamente intranquilizadora".

Essa Igreja dá possibilidades para que o "menor mesmo" se procure. "Os menores são capazes de escrever a pastoral dos menores".

"Que sejam convidados a dizer a sua palavra. Esse é o papel intranquilizador da Igreja. Alguns chamam os menores abandonados de "endemoniados". Não são capazes de ver a pureza deles que têm só uma forma de criar. Criar manhas para continuar a viver no mundo. Aproximar-se deles é uma maneira de poder amá-los".

Em relação à situação em que vivem os menores, conclui-se que "a miséria não é opção, não é virtude". É-se miserável porque se é violentado, traído. Ninguém tem fome porque quer. Ninguém opta pela favela. A desgraça que está aí não pode ser filha de Deus. O sistema e a sociedade precisam ser transformados. "A nova sociedade precisa ser feita por eles e para eles." Com nossa fé, com testemunho dela. "Não esperar que a sociedade nova apareça para que os menores abandonados desapareçam. Ele está à disposição e podem chamá-lo porque está querendo ajudar".

D. Luciano encerrou a noite dizendo que "O menor tem sido o vínculo que une as Igrejas Cristãs que participam da Semana. Aprendemos dele muita coisa que não sabíamos, e não sabíamos que não sabíamos. Ele aponta os defeitos dessa sociedade. Até com sua agressão, demonstra, que esta sociedade não é aquela que Deus quer. Esta semana é um preito de gratidão a este menor. Que ele tenha jeito de ser de novo criança."

Foi o tema de terça-feira, dia 10. Os grupos chegaram ao consenso de relacionar carência com opressão. E definiram o que entendem por uma e outra.

1. Carência é falta de: oportunidade, amor, apoio, educação libertadora, respeito, liberdade, estrutura familiar.

2. Opressão é: privação das necessidades básicas, dominação, desigualdade, condicionamento pelos meios de comunicação social, o abuso do poder pelo autoritarismo, rejeição dos valores do outro, manipulação, marginalização, repressão.

A carência do menor é gerada pela opressão a que é submetido. Portanto, o menor carente pertence a uma classe realmente oprimida.

PRÁTICA LIBERTADORA

Não podendo fugir à busca que a gravidade da situação exige, os grupos procuraram o que, como Igreja, poderá ser feito a nível de causa e efeito.

De começo, precisa-se ter claro que carência não é uma situação em que se vá completar o que falta, dando alguma coisa.

Faz-se necessário rever nossa ação, enquanto opressores que também somos, por uma conversão pessoal.

Unir-nos ecumenicamente, buscando a unidade de atuação para conseguir uma ação eficaz.

Ver e sentir a realidade como ela é. A Igreja deve ter a coragem de se desinstalar na busca de uma práxis libertadora, criativa, crítica e consciente em relação ao menor.

Decidir-se por caminhar com o menor, nas seguintes maneiras:

- a) incentivando a criatividade dele,
- b) abrindo espaços para ele,
- c) valorizando-o como pessoa,
- d) ajudando-o assumir seu papel na história.

Resta procurar como fazer isso. Pode ser:

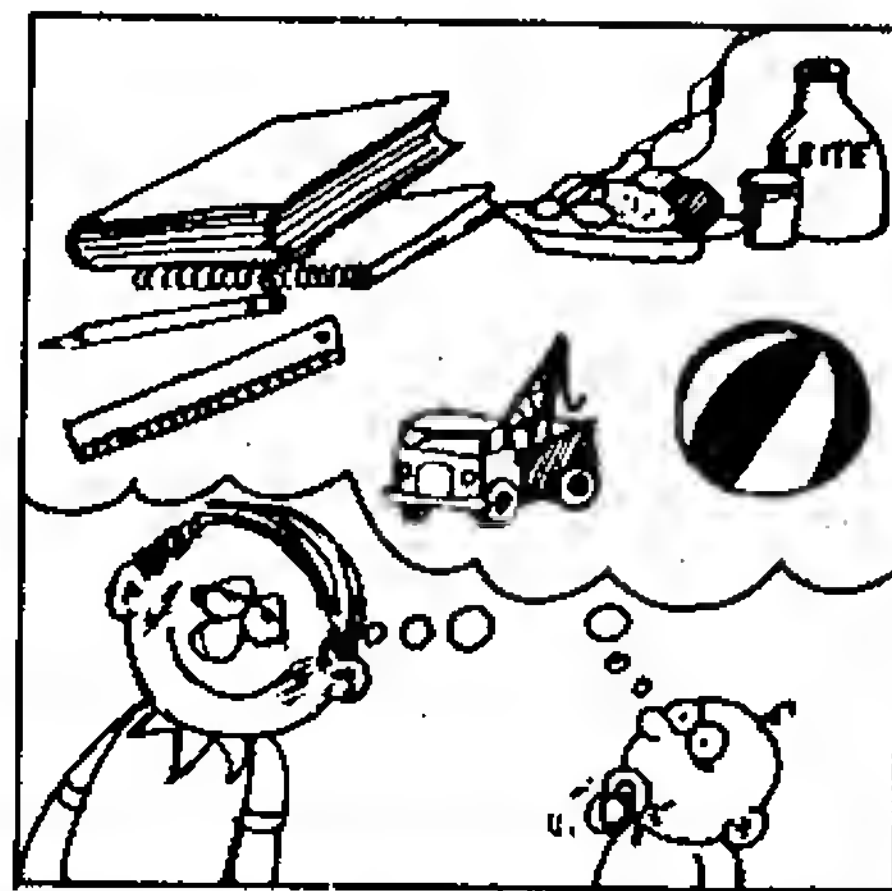
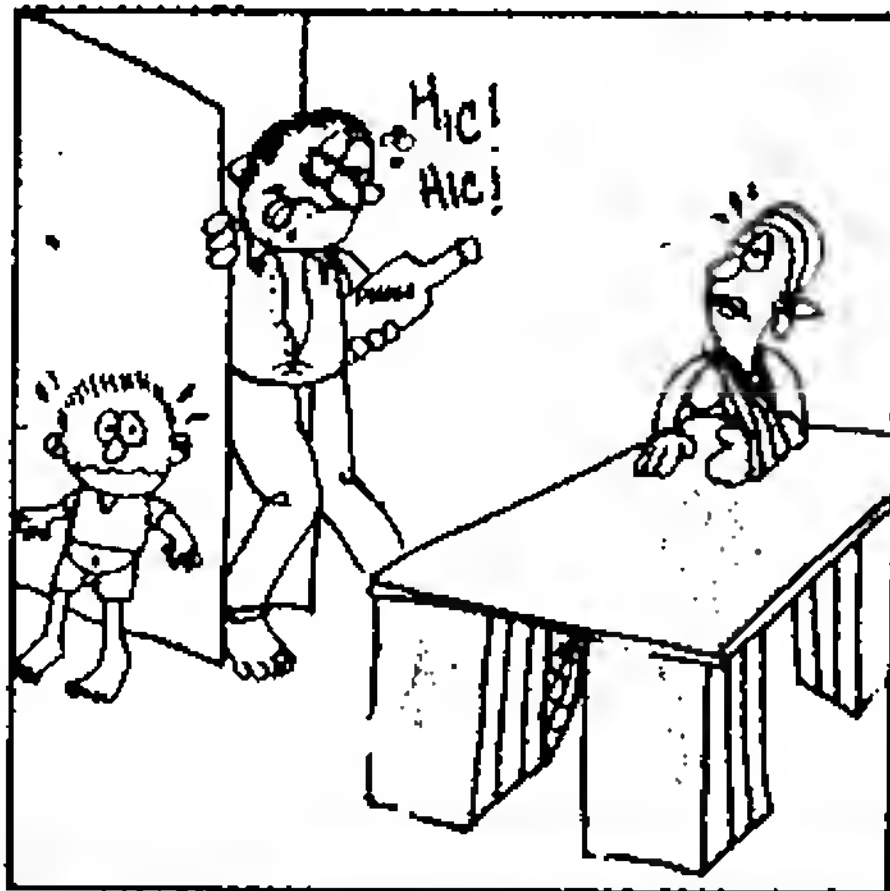
- a) tendo objetivos bem definidos,
- b) com táticas e estratégias adequadas ao momento,

c) com paciência histórica que respeite o caminhar do outro,

d) colocando-nos em atitude de serviço ao menor.



MENOR CARENTE OU OPRIMIDO?



EXPERIÊNCIAS LIBERTADORAS

Apresentaram-se experiências de Centros Educacionais Comunitários que criam espaço para as crianças de periferia, principalmente favelas, onde seja possível que as crianças participem ativamente como agentes do processo educacional e não como receptores de um saber desvinculado de suas vidas.

Inicialmente, um grupo de voluntárias da Associação de Valorização do Menor do setor de São Matheus, Região Belém, apresentou, com pequena dramatização, como a comunidade se reuniu e resolveu concretizar um projeto que permitisse à comunidade educar suas crianças dentro de uma perspectiva de comunhão e participação.

A Comunidade N. S. da Esperança levou um grupo de crianças e de mães para, de viva voz, contarem como a comunidade surgiu e que respostas uma comunidade incrustada em uma pobre favela da região leste, vem dando aos seus problemas concretos, principalmente em relação às crianças empobrecidas e oprimidas.

Um garoto chamado Carlos, disse: "A comunidade é bonita, fica no Sinhô. Antes era um terreno vazio que

só tinha mato e mandioca, agora é a comunidade".

As irmãs Marilda e Terezinha relataram o início do trabalho na área, os primeiros contatos com o povo pobre e sofrido e que, aos poucos, foi-se organizando e construindo-se em comunidade que pensa, apóia e dá vez e voz às suas crianças.

O testemunho que as crianças dão de sua vivência nos Centros Comunitários é o momento forte e único em que elas assumem sua "palavra", sua história e sua condição de povo oprimido que caminha para a libertação.

O Instituto Espiritosantense do Bem-Estar do Menor, deu, também, o seu depoimento de instituição oficial que vem optando por um trabalho preventivo junto às comunidades.

Apresentou-se, ainda, o trabalho de educação popular desenvolvido pelo Centro de Educação da PUC, junto às populações do Vale da Ribeira, nas unidades escolares de ação comunitária.

A síntese do dia deixou claro para todos, os critérios práticos de uma opção pelos pobres: "Não trabalhar pelo pobre, nem sobre eles, mas com eles".

REVELAÇÃO

A sinceridade dos depoimentos não deixa dúvida quanto ao resultado da "semana".

"Para mim, uma grande revelação. Pelo número de pessoas interessadas na problemática do menor. Pelo nível de consciência da maioria dos participantes. Pelas transformações provocadas. Pela esperança reforçada em vista da unificação de forças.

A convivência com outras Igrejas foi motivo de alegria e de queda de alguns preconceitos.

O aprofundamento dos temas impressionou-me".

APOIO

Houve que sentisse, na "semana", apoio pelo trabalho com menor.

"Esta semana foi, para mim, grande apoio ao trabalho que pretendo fazer na Pastoral do Menor. Diante da grandeza e profundidade dos problemas concretos, agora em diante eu não me sinto tão só e fraco, mas apoiada por tantas Igrejas e Instituições. A minha esperança é grande, sabendo, agora, melhor ainda que a cidade de S. Paulo verdadeiramente tomou a responsabilidade de colaborar nesta Pastoral".

EXPEDIENTE

CURUMIM

Boletim comemorativo da SEMANA EUMÊNICA DO MENOR, de 8 a 15 de novembro de 1981.

Edição da SECRETARIA EXECUTIVA da Semana Eumênica do Menor. Casa do Menor, Rua Eloy Cergueira, 46, Fone: 93-0277, 03032 BELÉM SP

Responsável: Pe. Augusto César Pereira SCJ

Coordenação geral: Irmã Maria do Rosário

Diagramação: Walter Thomaz D'Aquino



MENOR AGRESSOR ?

A sociedade só tem uma palavra para o menor: NÃO! Daí, a atitude dele em forma de revide, protesto e revolta. Os grupos, no dia 11, quarta-feira, esmiuçaram a questão.

O menor agride a sociedade, porque a sociedade o agride. As acusações contra a sociedade definem sua atitude de sociedade: massificante, opressora, exploradora, injusta.

A sociedade ainda se apresenta consumista, oportunista e materialista.

O jogo de interesses e a omissão da sociedade a tornam culpada pelas reações do menor.

Os próprios rótulos com que a sociedade marca o menor são fatores de provocação: infrator, trombadeira, delinquente...

As atitudes assumidas pelo menor diante desses rótulos da sociedade têm, no fundo, sentido claro. São atitudes de denúncia da opressão de que o menor é vítima. São a maneira de ele buscar espaço para ser reconhecido como gente. São a arma de que se utiliza para exteriorizar sua revolta. O menor apresenta uma vivência ostensiva contra a sociedade que prefere falsos valores.

A "agressão" do menor representa ainda a solidão dele que se sente só e sem esperança. É a dolorosa maneira que ele encontra de buscar ser ouvido. É o brado lancinante de desespero.



ro pela desigualdade com que é tratado. Reflete a ânsia de reivindicar seus direitos. Trata-se, inclusive, de uma forma de participação. É a revolta contra uma situação insustentável, pois que agressão gera agressão. Mostra a explosão das consequências da falta de amor com que ele é tratado. Enfim, não deixa de ser uma imitação dos falsos valores desta sociedade hipócrita.

Sob o aspecto psicológico, o menor "agressivo" reflete a luta pela sobrevivência, a necessidade de auto-afirmação, a ansiedade de expressar seus sentimentos, a condição de frustração que o faz agir para chamar atenção sobre si próprio.

Está mais que caracterizada a atitude de revide, protesto e revolta.

CONCRETAMENTE, FAZER O QUÊ?

Como os demais, também este tema da "agressão" do menor exigiu um posicionamento prático dos grupos, na busca de ação a nível de causa e de efeitos. Este surgiu em forma de princípios e de formas concretas.

Caminhar com o menor, no diálogo, para alcançar o núcleo do seu interior.

Valorizá-lo e compreendê-lo. Acaçar com os preconceitos. Conversar pessoal nossa, para ir ao encontro dele. Buscar formas alternativas sócio-educativas e recreacionais. Encarnar-se na realidade do menor.

Conscientizar a sociedade através da sensibilização das comunidades, para acolher e assumir a realidade do menor.

Pouco a pouco, desativar os internatos, buscando alternativas como: casas comunitárias, lares...que permitam convivência mais familiar.

Descobrir líderes para atuar no meio deles.

Trabalhar a nível de causa, visando mudanças estruturais da sociedade.

Estimular o surgimento de "famílias-irmãs" num processo de libertação de ambas.

Plantões para atendimentos imediatos do menor, funcionando em tempo integral, nas cidades.

Conscientizar e desafiar as comunidades para uma ação conjunta na busca da solução para o problema do menor.

POR QUE O MENOR AGRIDE ESTA SOCIEDADE

As experiências deste dia focalizam alguns trabalhos que a comunidade cristã vem desenvolvendo junto aos menores chamados de "conduta anti-social" durante o seu período de institucionalização na Febem, ou após a sua saída em regime de Liberdade assistida (L.A.).

Nesta tarde, pudemos ouvir o relato de um voluntário que atua em uma unidade da Febem, objetivando criar laços de amizade com os menores e ajudá-los na difícil retomada de viver em uma sociedade que agrediu e rejeitou.

Segundo o voluntário, que é um seminarista da Arquidiocese de São Paulo, o que mais facilita seu contato com os menores é o fato de ter sido, também, um menor que passou por essa mesma casa onde agora atua. Ouvimos o depoimento de alguns menores, que deixam claro sua per-

plexidade diante de uma sociedade que os agride e, depois, não os aceita.

Com experiência relatada foi a Liberdade Assistida Comunitária, onde casais voluntários se comprometem a orientar e acompanhar o menor e sua família, quando de seu retorno à comunidade. É um trabalho que exige grande disponibilidade do casal voluntário e uma verdadeira conversão ao irmão.

Nesta tarde, um filme colombiano mostrou uma experiência de trabalho com os meninos de rua, em Bogotá, e como um padre salesiano e sua equipe vão aprendendo e construindo, com eles, um mundo melhor.

A tarde foi encerrada com a apresentação de um grupo de "sambão" de uma unidade de menores "infrator" da Febem, e que a todos muito agradou.

NOVA PRÁTICA LIBERTARÁ A MULHER

Várias experiências foram apresentadas para retratar os problemas particulares da mulher explorada, oprimida, reprimida. Uma representação envolvendo os participantes também denunciava a maneira como a mulher é marginalizada em nossa sociedade, colocada sempre em lugar de submissão e serviço em todas as dimensões, à tarde do dia 12.

No dia dedicado à menina oprimida, a primeira experiência apresentada foi a do Amparo Maternal, por Irmã Rosina e por três jovens mães residentes em uma das 18 casas-de-mães que funcionam em S. Paulo. Estas casas, inicialmente mantidas pelo Amparo Maternal e depois pelo grupo de mães, é a oportunidade que estas jovens mães têm de organizar suas vidas junto a seus filhos. Esta experiência mostra que é possível um trabalho comunitário, pois voluntários auxiliam na manutenção e supervisão das casas, que oferecem um espaço para que a jovem mãe solteira e, muitas vezes só e rejeitada, se assumia e tenha condições de se manter e de não abandonar seu filho por falta de condições de sustentá-lo.

A Comunidade Eclesial de Base do Jardim Itápolis apresentou sua experiência de educação de base com as meninas, pois as dificuldades e discriminações em relação à mulher são muito grandes e mais sentidas na periferia, onde a falta de oportunidades é maior, principalmente para a mulher.

Uma garota de 14 anos deu o seu depoimento dizendo:

— "As mulheres que aparecem na T.V. são bonitas por fora, ricas, diferentes da realidade da mulher da Zona Leste que pode parecer feia e cansada, mas que sabe lutar, enfrentando barreiras enormes."

— "Para o capitalismo, é bom que sejamos alienadas, porque, assim, não reivindicamos os nossos direitos."

As mulheres e as meninas da comunidade de base mostram a realidade da mulher empobrecida que tem que trabalhar, quando menor estudar e trabalhar e ainda arcar com os serviços domésticos. Mas, mostram, também, o grande esforço de conscientização e libertação destes grupos que se reúnem para se conhecerem, discutirem seus problemas e vivenciarem uma nova prática social, onde a mulher e a menina não sejam objetos mas sujeitos de sua história.

Finalmente, foram relatadas as experiências com "prostitutas", em São Sebastião, onde a partir delas vai se criando solidariedade e apoio mútuo, e o trabalho com meninas/domésticas desenvolvido pela Febem-SP, que dá ênfase ao acompanhamento e orientação das famílias que as recebem e das próprias menores.

Nesta tarde, ficou patente a falta de preparo das comunidades e, principalmente, das instituições em lidar com a menina oprimida, exigindo dela padrões morais arcaicos dentro de uma estrutura que não a respeita como pessoa e que a atende por faixa etária, sendo comum os casos de devolução por idade ou por "problemas de comportamento"

novo nome dado para esconder a repressão sexual e a falta de condições de lidar com a menor oprimida.

Esta tarde exigiu de todos um compromisso de revisão de nossas atitudes e metodologia em relação à menina.

Foi a professora Carmem Ruth Barroso — quem enfaticamente demonstrou ser a opressão econômica um dos mais sérios problemas da jovem mulher, hoje, discriminada, com falta de formação profissional e encontrando como única possibilidade de trabalho a obrigação do trabalho doméstico, à noite.

Quis, finalmente, salientar alguns pontos:

1 — a primeira opressão que cai sobre a menina, a jovem, é a estrutura econômica (ela é uma desempregada oculta, invisível, porque o sistema não está aproveitando a capacidade e o trabalho das jovens). Ela não consegue emprego por discriminação, por sofrer a falta de formação, de treinamento. É analfabeta, sem oportunidade. Não consegue emprego também por causa do trabalho doméstico, pois é responsável por sua casa.

Sobre o desemprego, há coisas que se podem fazer já. Da Igreja se espera algo, que se mobilize, mas o grande esforço deve ser da própria pessoa oprimida. Há um estatuto para a empregada doméstica que não tem garantido, na lei: folga, 13º salário e fundo de garantia. Precisamos do apoio de todos. O emprego doméstico é o mais comum na zona urbana do Brasil.

2 — O apoio aos movimentos das mulheres negras, que atualmente se articulam.

3 — Apoio ao movimento de luta por creches: muita menina tem que cuidar de crianças e não pode trabalhar.

Há necessidade de um número maior de creches comunitárias.

4 — Maiores esclarecimentos quanto à orientação sexual da mulher, e aceitação e entendimento correto e humano de sua sexualidade.

O QUE FAZER POR UMA MENINA ?

A nível de causa e de efeitos, como Igreja, pode-se fazer muito pela mulher marginalizada. Os grupos chegaram a várias propostas.

Abrir espaços para que a comunidade possa abordar a problemática que envolve a menina menor:

- seu papel na família,
- as condições de trabalho,
- a prostituição,
- a discriminação na educação, por ser mulher, por ser pobre, por ser negra.

As Igrejas devem repensar junto a outras instituições o seu papel e sua posição frente à mulher marginalizada. E, assim, procurem conseguir:

1. a extensão da "liberdade assistida" também para as meninas.
2. A reformulação das instituições para que se voltem mais para a pessoa humana do que para a ordem e a burocracia.
3. A integração das instituições na vida das comunidades.



QUEM MARGINALIZA AS MENINAS?

O dia dedicado às meninas (quinta-feira, 12) abriu os olhos dos grupos, pois que se notou impressionante desconhecimento que se tem da problemática da mulher-menor.

Procurou-se, então, refletir sobre: o que é marginalizar; quem marginaliza; como se marginaliza.

Marginalizar, segundo os grupos, é condenar alguém a viver excluído da sociedade. Marginalizado é quem está proibido de participar; é aliado de exigir seus direitos. Pessoa que não é acolhida, mas é deixada à margem, propositalmente, fora e longe dos benefícios da sociedade. Portanto, discriminação social, política, econômica e cultural.

As meninas são marginalizadas pela estrutura vigente com os valores que ela impõe historicamente.

A própria tradição familiar que privilegia o "poder" para o homem e a "submissão" para a mulher.

O fortalecimento, pelo uso, de estereótipos falsos do que é ser mulher: frágil, fraca, menos inteligente, impotente para o trabalho e outros.

Além da estrutura vigente, as instituições sociais marginalizam a mulher como: família, escola, meios de comunicação social.

O modelo tradicional de educação que faz a menina desde cedo assumir o papel de mãe.

A escola privilegiou as mais dotadas. O aluno é o profissional da "educação".

Os meios de comunicação social que exploram apenas o aspecto físico da mulher.

A mulher parece marginalizada em dois níveis, sócio-econômico e cultural.

No primeiro, por meio dos apelos da sociedade consumista. No outro, por causa das discriminações oriundas de preconceitos.

Na realidade, a marginalização dela acontece por ser menor, por ser mulher e, em casos de ser negra.

Oito foram as perguntas que subdividiram o tema, ocupando a manhã dos grupos, na sexta-feira, dia 13.

1. O que é trabalho?

Trabalho é meio de sobrevivência, de auto-afirmação e oportunidade para desenvolver os próprios dons. Além disso, o trabalho é forma de realização pessoal, e de participação.

2. Como são as relações em nossa sociedade?

São relações de exploração, através da comercialização da mão-de-obra que vende sua força de trabalho nos setores de agricultura, comércio e indústria. Isso tem várias finalidades:

- privilegiar o lucro,
- a competição,
- a divisão do trabalho,
- a capacitação profissional pela especialização,
- o trabalho intelectual,
- o trabalho manual,
- a coação do mais forte a nível de legislação, subsistência, desconhecimento dos próprios direitos e desarticulação das organizações existentes,
- opressão legal injusta para o trabalhador e coerente para com o poder e o patrão.

3. Por que o menor trabalha?

Para manter a mão-de-obra barata num sistema de capitalismo selvagem.

Pela baixa renda familiar que não consegue sustentar a família. O baixo salário dos adultos exige o trabalho do menor; e obriga a menina a substituir a mãe no próprio lar.

Tendo abandonado o lar, tem necessidade de se auto-sustentar.

4. O trabalho é educativo? O menor deveria trabalhar aos 13 anos?

É educativo, quando obedece ao desenvolvimento da criança (sua idade evolutiva); quando é visto como atividade e não ocupa o maior espaço da vida da criança; à medida em que contribui para a formação da criança e não para sua exploração; quando não prejudica os estudos. Como ideal, o trabalho deveria ser no próprio local de estudo.

Deseducativo, porém, é o trabalho, quando cria falsa consciência da realidade. E, naturalmente, quando as condições acima não acontecem.

5. Como você vê a profissionalização para o menor?

O trabalho do menor é um mal necessário, porque o adulto não tem remuneração justa. Por isso, o menor começa a trabalhar sem profissionalização. Ou, embora profissionalizado, não é visto como profissional. Ou, então, profissional, mas não encontra trabalho.

Quando profissionalizado, ele o é em benefício do sistema, por ser mão-de-obra fácil e barata.

6. Qual a idade em que o menor encontra mais dificuldade para o emprego?

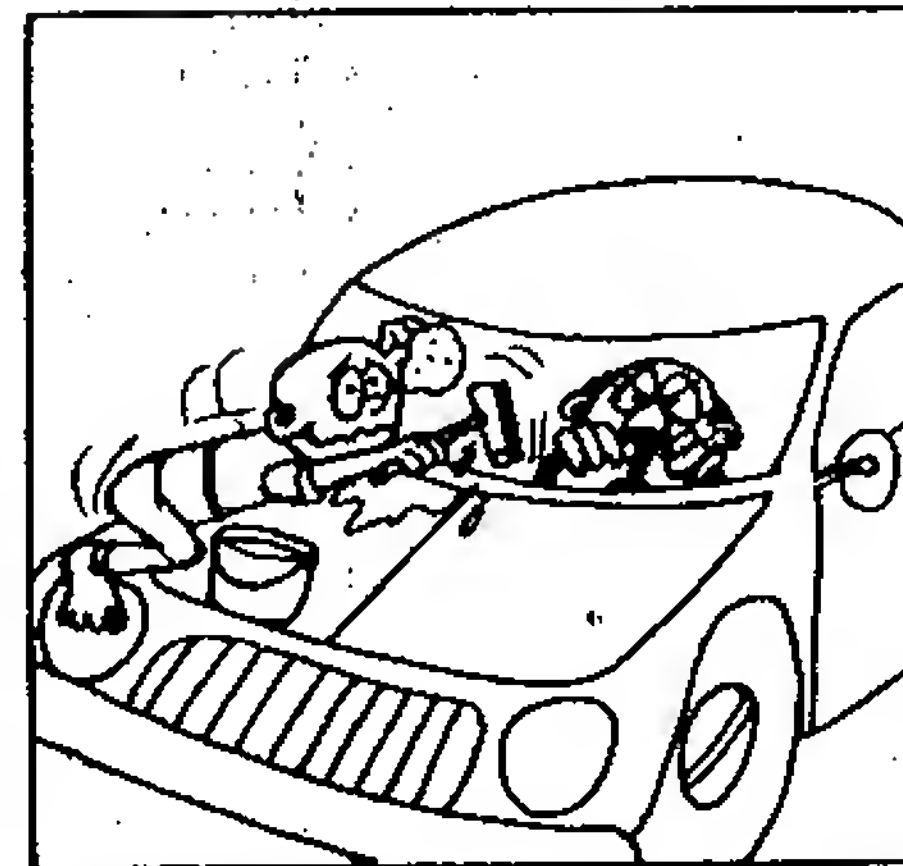
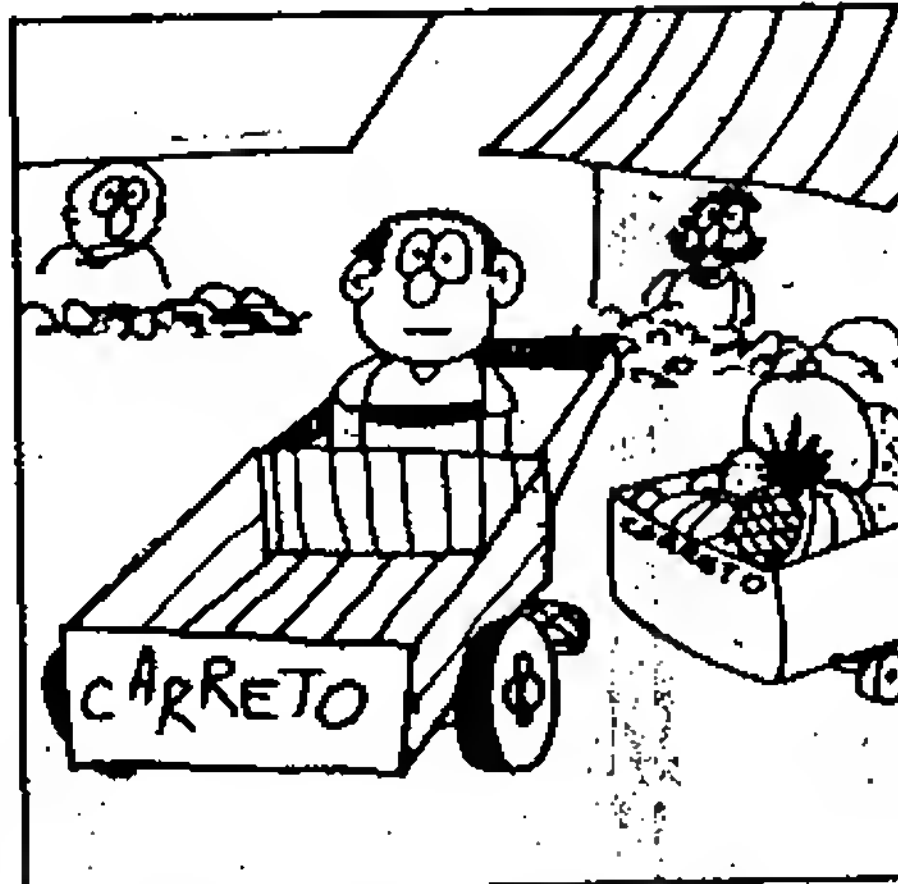
Os meninos, entre 17 e 19 anos, por causa do serviço militar. As meninas, entre 14 e 16 anos.

7. Baseando-se nas garantias da CLT...

O menor é injustiçado no texto e no contexto ideológico da lei.

As leis não são cumpridas nem resolvem o problema do menor. Pois elas dão margem a serem burladas quanto ao limite de idade, à jornada de trabalho, a horas extras, ao salário...

TRABALHO PARA O MENOR ?



COMO AGIR ?

Como Igrejas, a nível de causa e efeitos, o que fazer? Sempre a pergunta, para não permitir que se permaneça apenas nas idéias. Mas, que se chegue a uma prática.

É necessário lutar para a diminuição da jornada de trabalho do menor para 4 horas.

Denunciem-se as injustiças do trabalho do menor.

As Igrejas deveriam possibilitar espaços e discussões sobre o papel e significado dos sindicatos e a lei vigente no país.

Estimular os sindicatos para que se voltem à defesa do menor.

Procura envolver os estudantes na defesa dos direitos do menor.

Implantação de casas coletivas de produção, industrialização, comercialização de produção (como profissionalização do menor).

Observou-se que, se o menor das classes oprimidas é explorado, porque trabalha, o menor e jovem de camadas ditadas, porque não trabalha, vive em situações artificiais, ilusórias e de irresponsabilidade.

rio, à condição de aprendiz (invocando-se número de vagas insuficientes), às condições de aprendizagem, ao registro em Carteira (precaução formal) e ao salário-educação (engolido pela previdência).

8. É justo e legal um menor de 12 anos trabalhar?

O texto legal encerra uma contradição gravíssima. O menor pode trabalhar a partir de 12 anos e, por lei, a escolaridade é obrigatória dos 7 aos 14 anos.

O menor é forçado a ingressar no mercado de trabalho para completar o orçamento doméstico. Enfrentando dificuldades de transporte, deficiências alimentares e de vestuário, logo evade-se da escola, vivendo numa situação de trabalho injusta, desumana, marcada pela exploração.

Percebe-se que o trabalho está organizado para explorar o menor.

UM TRABALHO

No início do período foi apresentada e dramatizada o poema "Operário em Construção" de Vinícius de Moraes. A seguir, apresentaram-se os meninos e meninas do "Artesanato S. José", nesta tarde.

Esta experiência nasceu de um grupo de rua, onde as mães perceberam a necessidade de desenvolverem um trabalho com as crianças, segundo a sua realidade. Surgiu então o Artesanato São José, que funciona em um pequeno salão da Igreja e que objetiva criar condições de socialização e cooperação entre as crianças através do trabalho.

As meninas desenvolvem atividades de crochê, tricô, bordado etc., e os meninos artesanato em madeira,

que é conseguida da sobra de uma fábrica de móveis.

O que mais impressionou nesta experiência foi o espírito crítico dos meninos em relação ao transporte urbano, salário, habitação, saúde e alimentação. O trabalho como projeto comum, criativo e crítico é a melhor e maior escola da vida e criadora de consciência moral que leva, inevitavelmente, ao surgimento de uma nova sociedade mais justa e fraterna.

Apresentaram-se, também, os guardinhas de S. Judas, experiência que tenta ser uma resposta de criação de hábitos de trabalho. E o serviço de colocação profissional da Febem-SP, que se defronta com um mercado de trabalho seletivo, discriminatório em relação ao Menor/Febem-SP e, ultimamente, escasso.

, Ressaltou-se:

- a pouca importância que os sindicatos dão ao menor trabalhador;

- a exploração da mão-de-obra do menor como mão-de-obra barata;

- a dificuldade de colocação profissional como decorrência do serviço militar obrigatório e de uma lei de pseudo proteção do menor;

- a exploração de menores por parte da maioria das redes de supermercados, que mantêm menores empacotadores sem registrá-los, e só à troca de gorjetas;

- a falta de condições de higiene e segurança no trabalho do menor, principalmente nas indústrias de vidro;

- a precocidade em que o menor pobre, brasileiro tem que trabalhar para sobreviver.

PROPOSTAS

A Semana Ecumênica do Menor encerrou seus trabalhos aprovando propostas concretas elaboradas pelas várias comissões. Estas propostas são em nível de ação integrada das várias Igrejas Cristãs e em nível de ação direta. Além disso, comportam nível de cidade, estado e regiões.

ATUAÇÃO DAS IGREJAS

Projeto: processo de atuação integrada das Igrejas cristãs em nível de cidade, estado e região.

Constata-se que existem trabalhos em favor do menor oprimido, nas várias Igrejas, atuando de forma isolada e independente.

O que visa é a integração do trabalho dos vários grupos das diversas Igrejas, de forma a se ter uma troca de experiências, dentro de uma atuação coordenada, a fim de serem alcançados os mais amplos resultados possíveis.

Os meios que se pode utilizar em estudar a situação do menor, em propor e viabilizar programas conjuntos de ação social. Essas comissões seriam formadas em todos os níveis da hierarquia das Igrejas, de acordo com as necessidades concretas de atuação.

Divulgação do trabalho desenvolvido em favor do menor oprimido, por todos os meios de comunicação social disponíveis.

EDUCAR NA RUA

Projeto: o educador de rua.

A criança oprimida com a qual desejamos desenvolver nossa ação pastoral é filha de favelado, desempregado, prostituta, lares mal estruturados, trabalhador braçal, pais sem oportunidade de expandir-se (criar-recrutar-no trabalho - viver).

Criança que não estuda, porque não gosta da escola tradicional.

Criança que não tem oportunidades.

Criança oriunda da zona rural (migrante), zona de periferia, da própria rua, dos cortiços, das favelas.

O que se pretende é compartilhar da realidade do menor e, daí, sair para a perspectiva de vida comunitária.

Uma metodologia a ser usada precisa basear-se nisto:

- saber do menor o que ele quer;
- viver junto com a criança;
- deixar o menor (grupo) mostrar o caminho a seguir;
- relacionar-se de gente para gente e, não, a nível técnico;
- ter compreensão, carinho, afeto, constante sem paternalismo.

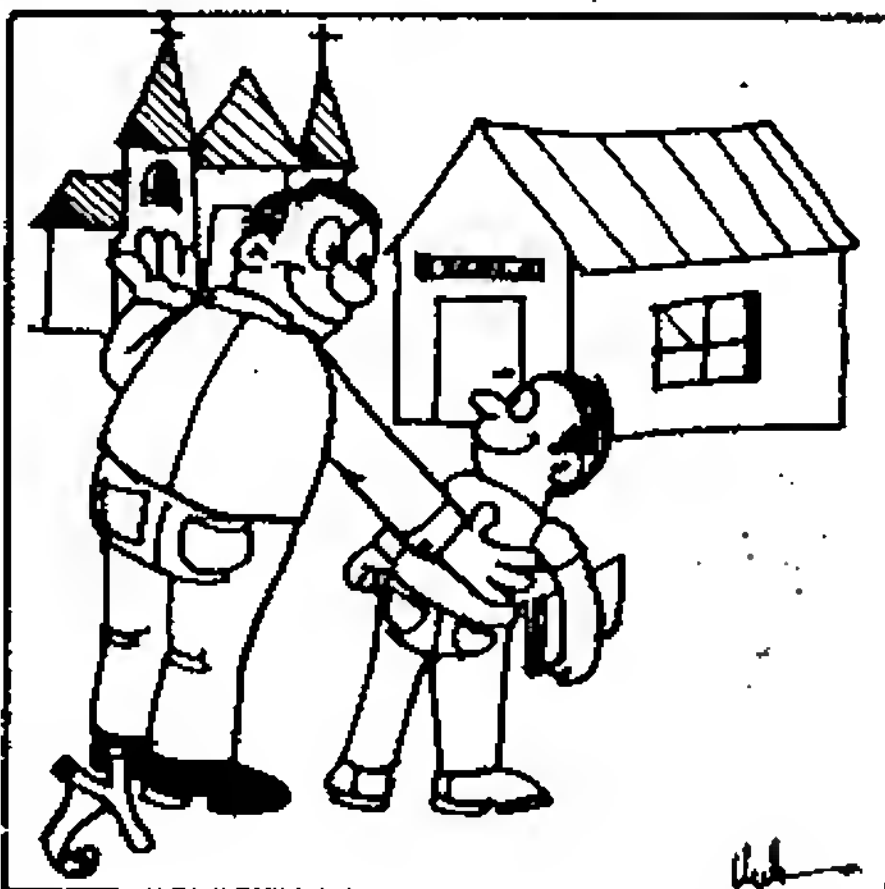
Como cada ação é única, no seu desenvolvimento, não existem pré-formulados critérios de ação nem etapas nem processo de implantação.

AÇÃO EM FAVELA

Projeto: núcleos de ação em áreas carentes: favelas.

Trata-se de uma ação pastoral da Igreja nas favelas, a fim de organizar a população favelada, para que ela transforme sua realidade e tenha vez de ser Igreja-Povo de Deus, comunidade de fé e amor.

Além disso, para que a população se constitua em união de moradores, em várias comissões, partindo dos valores existentes e das necessidades



reais sentidas. Sobretudo, as questões de radicação na favela (problema da terra), atendimento às crianças (mini-creches) centros infantis, menores de rua), escola, saúde e outros.

O que se pretende é uma ação comunitária que envolva o menor, a família e a comunidade em que ele está inserido, de forma conjunta.

Naturalmente, deverá haver preocupação especial com os problemas do menor que a comunidade não consegue resolver, especialmente com o menor que não se enquadra nos programas mantidos pela comunidade e que vai para a rua. Este menor sai, pela necessidade de auxiliar na manutenção da casa; pela grande atração que a rua exerce; e por ser rotulado, pela comunidade, de marginal.

São três os aspectos de meios que deverão ser levados em conta:

1. Com relação ao menor, é necessário estabelecer um trabalho de reflexão dentro da realidade presente. Incentivar as crianças a atuarem em grupos, estreitando seu relacionamento. Criar subsídios voltados à formação profissionalizante. Incentivar a recreação, sempre voltada para ações educativas. Despertar, no menor, alto sentido de religiosidade.

2. Com relação à família do menor, importante é conceder espaço para que as famílias exponham e discutam as dificuldades que encontram no dia-a-dia com o menor assistido pela nossa ação; e os problemas referentes à dificuldades de aceitação no resto do contexto social, partindo do princípio de que ele é um favelado. Respeitar e considerar os interesses e os conceitos de valores individuais de cada família.

3. Com relação à própria comunidade favelada, é preciso auxiliar no processo de organização do pessoal favelado, na descoberta dos seus líderes (com o cuidado de não sufocá-los nem dirigi-los) para orientá-los, quando necessário, dando-lhes suporte e respaldo em suas lutas e conquistas. Enfim, o favelado deve

ser sujeito e não objeto de sua própria história.

Crerios importantes para a ação consistem em conviver com os problemas dos favelados e deixar que eles próprios encontrem as soluções desses problemas: aceitando suas idéias e levando-os a uma reflexão da realidade em que se encontram e às suas causas.

As etapas do processo de implantação:

1. Aproximação por meio da convivência.
2. Conhecimento da comunidade entre si e de sua realidade comum.
3. Criar consciência crítica da realidade.
4. Levantamento das necessidades.
5. Planejamento da ação.
6. Execução.
7. Avaliação.

AÇÃO NA PERIFERIA

Projeto: núcleos de ação em áreas carentes: periferia.

Este projeto engloba os centros de educação comunitária em favor do menor da periferia, OSEM e semelhantes.

OSEM — organização sócio-educativa do menor. É um trabalho de reforço escolar para crianças de 7 a 14 anos, feito em convênio com a Prefeitura que fornece verbas, técnicos e treinamento de monitores.

C.E.C. — São centros educativos comunitários criados e mantidos pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, eventualmente, recebem auxílio de algumas instituições.

Pretende-se envolver e dinamizar a comunidade, por meio de um compromisso efetivo. Isso, para dar condições a fim de que a criança reconheça seu valor e o da vida comunitária, tendo em vista a transformação de sua realidade.

Os meios para conseguir este intento são os recursos humanos de pessoas da própria comunidade e voluntários. Além de recursos materiais da própria comunidade ou de outras entidades.

Para esta ação, os critérios principais são os que procuram partir da realidade da criança, respeitando sua cultura (religiosidade, costumes, tradições...).

Formar grupos de crianças obedecendo a sua idade cronológica e suas aspirações.

Envolver a família e a comunidade.

As etapas do processo podem resumir-se ao seguinte:

1. conhecimento da realidade, entrando em contato com as famílias;
 2. sensibilização das famílias;
 3. levantamento das necessidades;
 4. descoberta de lideranças;
 5. capacitação das lideranças;
 6. inscrição, embora simbólica.
- Propõe-se, então, vincular esses projetos com a Pastoral do Menor. Organizar encontros periódicos para troca de experiências.

CORTIÇOS

Projeto: núcleos de ação em áreas carentes: cortiço.

Cortiços são casas alugadas e subalugadas para população de baixa renda, onde vivem em plena promiscuidade.

O que se pretende é que aumente o

número de OSEM, centros comunitários, centros sociais, creches e semelhantes.

Que no trabalho com o menor do cortiço, sejam aproveitados os grupos de jovens e de casais das paróquias.

É preciso que a comunidade se volte para a realidade que a cerca, por meio de reuniões e troca de idéias.

Organizar, no cortiço, um tipo de Amparo Maternal, em que uma mãe toma conta das crianças, enquanto as demais trabalham.

Os meios para isso poderiam vir do aumento do "per capita" da OSEM e parte do dízimo paroquial.

Os critérios da ação precisam basear-se na convocação, sensibilização e trabalho junto às famílias.

Procura de líderes dos cortiços para que se ajudem mutuamente.

Criação de programas de lazer e outros programas que atendam à faixa etária de 0 a 6 anos.

INTERNATOS

Projeto: entidades que trabalham em internatos.

A fim de que os internatos existentes respondam ao atendimento atual e necessário da criança e do jovem pobre e oprimido para que eles possam enfrentar a dura realidade que os envolve alguns são os critérios.

Uma regionalização, no sentido de receberem só crianças de sua região, a partir das vagas novas. Revisão dos critérios de aceitação da criança, excluindo limites de idade e sexo, para não separar os irmãos. Verificar a causa da desproporção entre a verba fornecida pelo Estado à FEBEM e o "per capita" destinado por ela às instituições. O "per capita" seja entregue à família do menor ou à comunidade e, não, às instituições.

Quanto aos critérios para progressiva desinternação dos internatos, citam-se os que seguem. Valorização da família junto à criança. Trabalho eficiente e eficaz: entidade-família-criança. Formação de casas comunitárias, tipo pensionato.

A instituição dedicar-se a preparar famílias substitutas para receber as crianças. Partir para o sistema de semi-internato e creche.

Simplificar o sistema da FEBEM para os casos de liberação do menor (quando a instituição julgar necessário ou conveniente).

As etapas do processo partiriam, em nível regional, da conscientização dos coordenadores de cada instituição.

Como meios, a elaboração de documentos que mostre a realidade do internato e suas consequências na formação do menor. Em nível de Igreja, este documento seja enviado às Províncias Religiosas e às Instituições Leigas para que, após seu estudo, possa ser realizado trabalho em conjunto. Incluindo reunião de Províncias na CRB.

Que os internatos sejam convenientes com a FEBEM.

E, dentro da linha sugerida pela "Semana", que se parta para experiências novas, dentro dos próprios internatos, trabalhando mais em nível pessoal, dentro de pequenos grupos.

Ponderadas as vantagens e desvantagens do internato, ele surge como um mal necessário. Daí que a criação de uma Associação Autônoma congregando instituições, grupos e pessoas dedicadas a esse serviço, tentem novos caminhos, na busca de soluções para o grave problema.





A CAUSA DA ADOÇÃO

Projeto: formação de grupos de pais adotivos.

Na formação desses grupos, importante é se precaver contra qualquer forma de discriminação que isso pudesse causar em relação a eles mesmos e em relação aos filhos adotivos.

Neste sentido, vale mais o esforço de um trabalho que se interesse pela causa da adoção de forma mais ampla. Como ponto de partida para esse trabalho, podem valer as considerações que seguem.

1. Rever as questões jurídicas e processuais da adoção.

2. Especificação, da parte das Igrejas, de uma linha de ação a respeito da adoção.

3. Estudo sobre o significado humano da adoção.

4. Levantamento, coordenação e apoio às instituições e pessoas que intermediam a adoção.

5. Trabalho junto aos hospitais, a fim de que não entreguem imediatamente os recém-nascidos à FEBEM, antes de consultar estas instituições e pessoas.

6. Contato com as pessoas e grupos que trabalham com prostitutas.

7. Análise das condições globais dos casais que desejam adotar e preparação deles para isso.

8. Assistência às parturientes que querem entregar seus filhos.

9. Trabalho para mudar a mentalidade da população a respeito da adoção.

10. Estudo das razões sociais da gravidade do problema.

Leve-se em consideração, por fim, que o menor adotado não é mais abandonado. Justifica-se, pois, mais, o trabalho junto ao menor a ser adotado.

TRABALHO NA RUA ?

Projeto: planos de trabalho para crianças de rua - artesanatos e cooperativas de trabalho.

Entende-se por artesanato uma atividade manual desenvolvida a partir da potencialidade e criatividade individuais.

Cooperativa, por sua vez, é a forma organizada de um grupo desenvolver o seu trabalho em conjunto.

O que se pretende, com esse tipo de trabalho do menor, é:

- desenvolver a personalidade, por meio do trabalho;
- desenvolver a socialização;
- canalizar a agressividade;
- desenvolver suas capacidades;
- valorizar a criança a partir de sua capacidade de realizar;
- desenvolver a potencialidade criativa de cada um.

Os meios para se conseguir isso, dependem dos recursos humanos disponíveis, como: voluntariado e monitores remunerados ou não.

Também, recursos materiais tais como financeiros e matéria-prima local.

Como critérios de ação podem ser destacados os que visam a atender o menor de rua; atendê-lo a partir do momento de sua motivação (idade); realização de atividades a partir do interesse da criança; programação liberal, respeitando o desenvolvimento individual; desenvolver o projeto em etapas, iniciando-se por uma fase de atividades livres, seguindo para a fase de atividades dirigidas e, por fim o trabalho rentável.

Entre as etapas importantes do processo, salientam-se: motivação e mobilização da comunidade; arregimentação do voluntariado e treinamento; formação de um grupo central de assessoria permanente ao projeto, promovendo troca de experiências; avaliação contínua do trabalho e integração dos diversos grupos de trabalho.

PLANTÃO MENOR

Projeto: plantão permanente do menor.

Tem a característica de uma Central Regional de atendimento ao menor para casos emergenciais, durante 24 horas, por dia.

Sua finalidade é atender a situações de emergência e dar informação ou sugerir encaminhamento do menor aos setores especializados de acordo com a problemática apresentada.

Os meios para conseguir realizar o projeto:

- aproveitamento de locais disponíveis;
- Igrejas e salões paroquiais;
- recursos humanos com plantonistas voluntários ou assalariados;
- recursos materiais, como local disponível com telefone.

Os critérios de ação consistem em ter, como ponto básico e essencial, no mínimo instalar um plantão permanente nas zonas norte, sul, leste e oeste. Com ampla divulgação do plantão pelo meios de comunicação social.

Fator, decisivo, também é o treinamento dos agentes.

Como etapas gradativas, um plano piloto na Sé, Belém, e Lapa.

Até que cada região assuma a implantação de uma "Casa do Menor" e o plantão permanente.

CRECHES

Projeto: grupos que trabalham em creches.

O trabalho em creches visa atender a uma nova necessidade do contexto social atual, decorrente do trabalho da mulher fora de casa. Estando a família empobrecida, a mulher vai trabalhar e a criança ou fica em creche ou abandonada. Sendo assim, a creche se torna um mal necessário, mas é obrigação da comunidade mantê-la. E, naturalmente, não se dispensa os auxílios públicos.

A educação, nas creches, deve ser

assistemática, socializada, numa linha libertadora, e envolver a família.

Precisa ser um espaço de liberdade para o desenvolvimento da criança. Não, em massa, mas em pequenos grupos, em casas familiares, para facilitar melhor atendimento individual com monitores que poderão ser as próprias mães.

Existem as creches onde tudo vem pelo Governo (diretas); com ajuda parcial do Governo (indiretas); familiares ou conveniadas (particulares).

Os meios para isso conseguir e os critérios de ação podem ser estes:

1. sensibilizar e conscientizar a sociedade de que a creche é um dever e uma necessidade, portanto, ela precisa ser assumida.

2. Participar da CPEC - movimento de creches particulares que questiona e reivindica direitos.

3. Inserção na Pastoral do Menor e esforço para um trabalho de conjunto com outras entidades do setor.

As etapas do processo de implantação do projeto obedecem a uma caminhada:

- levantamento da necessidade local da creche;
- conhecimento das famílias;
- projeto e planejamento do trabalho;

- verificar as condições das pessoas, do material, do local e da manutenção;

- assumir crianças de 0 a 3 anos - 1ª etapa - dia todo na creche; 2ª etapa, 3 a 6 anos, dia todo na creche; 3ª etapa, 7 a 14 anos, na escola e centro comunitário.

Na linha de orientação, deve haver pessoas preparadas para ministrar uma educação libertadora, constante avaliação e atualização.

E, gente que realmente ame as crianças.

LARES

Projetos: lares e casas comunitárias.

Trata-se de casas com pequenos grupos de crianças ou jovens (órfãos ou abandonados) com pessoas substitutas: mães, tias ou casais.

Pretende-se, com isso, dar condições ao menor, que estejam próximas às de uma família, onde ele, participando, trabalhando seja um agente dentro da própria família, e se realize como pessoa.

Para se chegar a isso, necessário se faz ter a casa, pessoas capacitadas para o serviço e meios de subsistência (através de Congregações Religiosas, FEBEM, doações da comunidade, colaboração dos próprios jovens quando trabalhadores).

Os critérios de ação precisam incluir a mentalização do pessoal que trabalha e dirige a obra, do valor do menor, acima de outros valores.

É importante, ainda, amar e aceitar a criança a fim de evitar problemas de rejeição.

Assumir o menor que estiver em condições normais. Mas, não devolvê-los às instituições em caso de problemas físicos ou mentais.

Não abandonar o menor aos 18 anos.

Cada lar deveria aceitar pelo menos uma criança deficiente.

Trabalhar com a família de origem do menor, a fim de reintegrá-la na sociedade.

As etapas de implantação exigem um reenfoque do que existe. E, um esforço de conscientização da comunidade e dos órgãos responsáveis pelo atendimento dos menores, a fim de que haja educação e atendimento individualizados e, não, em massa.

TRABALHO DE MENORES

Projeto: apoio às empregadas domésticas menores.

Os objetivos deste projeto são claros: orientar a menor em relação a seus direitos e conscientizá-la não só para ser boa profissional, mas dando-lhe consciência crítica da situação e promoção humana em seu meio.

Os meios para se conseguir os objetivos são:

- conhecer os recursos da comunidade para encaminhar ao trabalho;
- conseguir local de treinamento;
- propiciar encontros entre as próprias domésticas menores;
- realizar encontros ou palestras com as patroas.

Como critério fundamental de ação, é importante dar os passos de acordo com os recursos levantados na comunidade e pessoal disponível.

As etapas do processo começam por conhecer os menores em sua situação; reagrupá-los; despertar neles o desejo de conhecer seus direitos e deveres; resistir aos salários abaixo do mínimo; exigir registro após o tempo de aprendizagem, marcado por direito (3 anos, o máximo).

Como propostas, foram apresentadas várias: reunir as pessoas que já trabalham neste setor para se saber o que existe e encontrar apoio para as novas iniciativas. Recolher informações de obras que já trabalham com domésticas. Orientar as empregadas domésticas com 18 anos, sobre o sindicato da classe, já existente. Verificar como estão sendo orientados os funcionários nas nossas instituições e casas (domésticas).

AÇÃO CONTRA ARBITRARIEDADES

Projeto: criar uma comissão para agir contra as arbitrariedades cometidas contra o menor.

Esta comissão, devidamente autorizada pela Igreja e, de preferência, entrosada (embora não obrigatoriamente) com o Juizado, estará a postos para investigar e denunciar arbitrariedades. Trata-se de agir contra qualquer arbitrariedade cometida em qualquer ambiente e por quem quer que seja.

Os meios para atingir o que se pretende são recursos humanos como profissionais de diferentes áreas (especialmente advogados), equipe de comunicação e divulgação para o alerta constante da comunidade. E, recursos materiais, como uma sede (simples ponto de encontro), que poderia ficar junto ao plantão permanente.

Os critérios de ação consistem em promover esclarecimento sobre o direito do menor e buscar, denunciar, criar o clima de alerta na comunidade.

Uma etapa decisiva será formar uma equipe de pessoas habilitadas e disponíveis, a partir de sondagem nas diversas Igrejas.

MOÇÕES

O plenário do último dia, domingo, 15 de novembro, aprovou duas moções.

Ao Conselho Regional de Psicologia, pedindo revisão dos testes psicológicos para adaptá-los à realidade do menor abandonado.

A FUNABEM, solicitando apoio à ação das comunidades em favor do menor abandonado.

Mensagem em Prol do Menor

"Quem assume este Menor em meu nome, é a Mim que acolhe" (Mc 9,37).

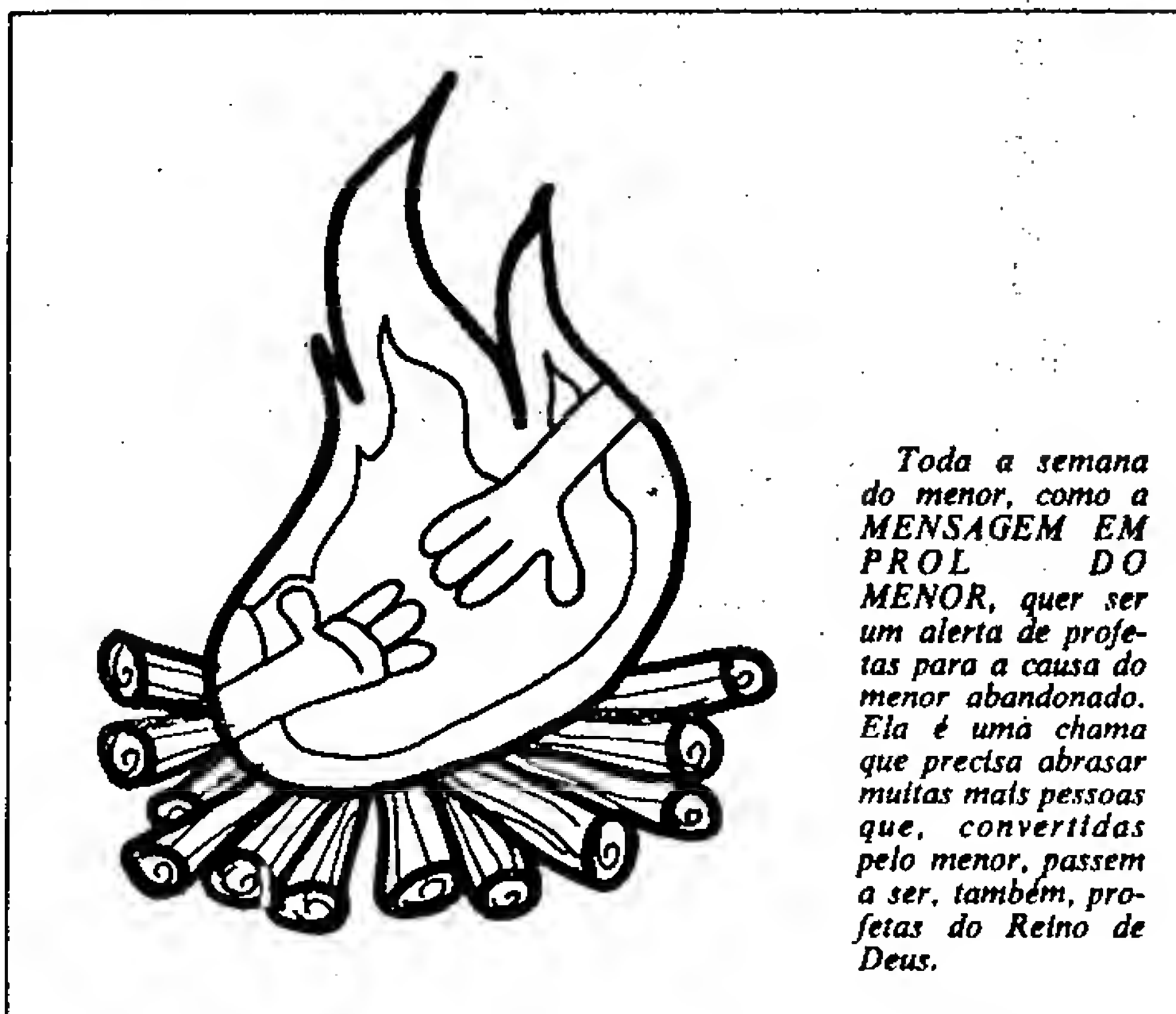
Frente aos milhões de menores, meninos e meninas, abandonados, oprimidos e que agridem a sociedade em que vivemos, frente a esta criança sofredora, sinal de quanto estamos ainda distantes do Reino de Deus, nós, participantes da 1ª. Semana Ecumênica do Menor, unidos pela Palavra do Senhor, irmanados no compromisso batismal da Igreja de Jesus Cristo, na oração e busca constante da vontade de Deus:

— Reconhecemos a grave situação de injustiça à qual relegamos os menores e o dever de, solidários, assumirmos com mais responsabilidade a missão que Cristo nos confia. Reconhecemos, diante da sociedade que abandona, oprime e agride o menor, a omissão, a convivência e culpa nossa como Igreja, apoiando tantas vezes o desrespeito à dignidade da pessoa humana e as estruturas que criam dominação, desigualdade e marginalização. Em consequência, face ao menor, urge uma conversão profunda, uma nova atitude educacional, social e política, por parte da Igreja e da inteira sociedade.

— Conscientes da nossa limitação, sabemos que "de nada vale edificar a casa se o Senhor não a construir" (Sl 127) e pedimos a Deus, Pai, que inspire, oriente e fortifique a caminhada da Igreja em favor do Menor. Certos, igualmente, de que o amor reconciliador em Cristo vence barreiras e fortifica a nossa ação ecumênica, queremos somar os esforços de nossas comunidades e integrar todas as pessoas de boa vontade em nossa caminhada.

— Assumimos o compromisso de nos empenhar para que o Menor seja acolhido em toda sua dignidade, à luz da Palavra de Jesus Cristo, que nos revela a paternidade de Deus e a fraternidade entre todos os homens: "Quem assume este Menor em meu nome, é a Mim que acolhe" (Mc 9,37).

Face a toda esta situação e apelos do Menor:



Toda a semana do menor, como a MENSAGEM EM PROL DO MENOR, quer ser um alerta de profetas para a causa do menor abandonado. Ela é uma chama que precisa abrasar muitas mais pessoas que, convertidas pelo menor, passem a ser, também, profetas do Reino de Deus.

a) Propomo-nos a dar continuidade aos trabalhos desta semana, à luz dos critérios e perspectivas explicitadas e através dos projetos concretos elaborados pelas comissões.

b) Queremos despertar e mobilizar nossas comunidades para que percebam a situação real da criança em nosso País, para que possam discernir e realizar a vontade de Deus na defesa e promoção de seus pequenos filhos, por meio de uma ação cada vez mais eficaz.

c) Queremos colocar-nos à escuta da criança sofredora, profeta que denuncia a sociedade egoísta e opressora em que vivemos, assumindo uma nova práxis, consciente, crítica, libertadora e criativa.

d) Procuraremos caminhar com a criança sofredora, criando condições para que seja agente de sua própria história e possamos, assim unidos, construir um mundo mais justo, solidário e fraterno.

e) Procuraremos em nossas comunidades, levar as famílias a reverem

sua missão de modo a assegurar a toda criança, o amor, respeito e acolhida fraterna em Cristo. A família é o ambiente natural onde a criança é amada e valorizada.

Assumindo na fé o compromisso com a criança oprimida e sofredora, queremos afirmar o respeito fundamental à dignidade da pessoa humana que deverá induzir na sociedade atitudes radicais de transformação da convivência humana que superem injustiças e dominações e permitam a construção de um mundo fraterno, segundo o desígnio de Deus. É este o sinal de que chega até nós o Reino de Deus. "Vem Senhor Jesus" (Apoc 22,20).

1. Revdo. Bispo Nelson Luiz Campos Leite — Metodista Central

2. Revdo. Luis Antonio Galves Gutierrez — Metodista Central

3. Revdo. Sylas Antunes — Metodista Central

4. Revdo. Isac Alberto Rodrigues Aço — Metodista Central

5. Revdo. Abival Pires da Silveira — Igreja Presbiteriana Independente de SP

6. Revdo. Valdomiro de Oliveira — Igreja Presbiteriana Independente de SP

7. Presbítero João D. Migliorini — Igreja Presbiteriana Independente de SP

8. Revdo. Karl Gehring — Igreja Evangélica Luterana de São Paulo

9. Revdo. Eugênio Fochringer — Igreja Evangélica Luterana de São Paulo

10. Catequista Paulo Edison Knuppe — Igreja Evangélica Luterana de São Paulo

11. Revdo. Bispo Sumio Takatsu — Igreja Episcopal do Brasil

12. Revdo. Saulo Marques da Silva — Igreja Episcopal Anglicana

13. Revdo. Bela Mohai Szabó — Igreja Cristã Reformada do Brasil

14. Dom Paulo Evaristo Arns — Cardeal-Arcebispo da Igreja Católica de SP.

15. Dom Luciano Mendes de Almeida — Igreja Católica — Região Leste.

16. Dom Alfredo Novak — Igreja Católica — Região Lapa

17. Dom Joel Ivo Catapam — Igreja Católica — Região Norte

18. Dom Décio Pereira — Igreja Católica — Região Centro

19. Dom Fernando José Penteadó — Região Itapeccerica da Serra

20. Dom Francisco Manuel Vieira — Região Osasco

21. Dom Antônio Celso Queiroz — Igreja Católica — Região Ipiranga

22. Dom Angélico Sândalo Bernardino — Igreja Católica — Região São Miguel.

REVIRAVOLTA

Testemunho sincero de quem sentiu completa reviravolta em suas estruturas com relação à problemática do menor.

"Assumi sua condição de profeta que me levou a uma conversão e a uma ação diferente do que vinha tendo. Ação diferente no tratamento com a menor com quem compartilho minha vida. Ação diferente com relação ao meu comportamento na sociedade; atitude nova de anunciar, contra todos os preconceitos, quem é o menor. E denunciar as causas que o colocam nessa situação.

A participação, pela primeira vez, num trabalho ecumênico, abriu-me novos horizontes".

SUSTO

Alguém sentiu, na "semana", antes de mais nada, um susto.

"Afirmo isto, no sentido de verificar e constatar a caminhada que já fizeram algu-

mas comunidades ou pessoas. Experiências riquíssimas!

Foi, também, momento de opção muito especial em minha vida religiosa: optar definitivamente pelo menor. Valorizar mais minha vocação de cristã, de pessoa, de Igreja, de cidadã brasileira. Ouvi, entendi, perguntei, esclareci, apontei e recebi novas perguntas e perspectivas; apoié e fui apoiada.

Foi, ainda, mais uma vez, a terível constatação de que minha comunidade religiosa está bem alienada do que acontece em SP: ignorância dos problemas e das experiências".

PARADA

Em tantas óticas, a "semana" também foi uma parada.

"Para repensar o que tenho feito pelo menor e para assumir novas atitudes.

A luz do Espírito deu-me forças para colocar-me a serviço do menor e procurar

conscientizar meus companheiros de trabalho no respeito pela vida e pela dignidade humana.

Quero buscar sempre luz e força do alto, para ser justo e não deixar que algum desses pequenos se perca ou morra nas mãos de opressores por causa de minha omissão.

Louvo a Deus por tantos que lutam pela causa da justiça".

SURPRESA

"Uma surpresa — como Igreja — que se chegasse, nesta época, já tão adiantado o mal do abandono do menor, que se chegasse, repito, corajosamente a propor e realizar esses debates com as corajosas propostas que estimo sejam levadas avante, para que não se perca tão precioso tesouro, ora encontrado.

É um trabalho de santificação e será um testemunho para o mundo futuro".

Entre as tantas avaliações positivas, esta outra.

DENÚNCIA ANÚNCIO

"Na minha avaliação pessoal, a "semana" me atingiu pela denúncia e pelo anúncio.

Denúncia que me fez rever a minha ação junto ao menor de instituição. Percebi claramente as falhas do internato e as minhas falhas.

Anúncio do profeta "menor" que deve ser ouvido e atendido na sua reivindicação, libertado das injustiças de que é alvo.

Anúncio do que já se faz em comunidades pelo menor. Anúncio da união das Igrejas, cuja força traz esperança de um mundo melhor para os nossos meninos e meninas".